

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CAMPUS JAGUARÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

**LIVRO DIDÁTICO E ENSINO DE HISTÓRIA:
DIZERES ACADÊMICOS E DIZERES ESCOLARES**

YASMIM FAGUNDES CENTENO

**Jaguarão
2020**

YASMIM FAGUNDES CENTENO

**LIVRO DIDÁTICO E ENSINO DE HISTÓRIA:
DIZERES ACADÊMICOS E DIZERES ESCOLARES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de História da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para a obtenção do Título de Licenciada em História.

Orientador: Dr. Jônatas Marques Caratti

**Jaguarão
2020**

YASMIM FAGUNDES CENTENO

**LIVRO DIDÁTICO E ENSINO DE HISTÓRIA:
DIZERES ACADÊMICOS E DIZERES ESCOLARES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de História da Universidade Federal
do Pampa, como requisito parcial para a
obtenção do Título de Licenciada em História.

Trabalho de Conclusão de Curso: Banca

examinadora:

Prof. Dr. Jônatas Marques Caratti

Orientador

UNIPAMPA

Prof^ª. Dra. Cássia Daiane Macedo da Silveira

UFRGS

Prof^ª. Dra. Patrícia dos Santos Moura

UNIPAMPA

Dedico este trabalho aos meus pais, João e Gileida, aos meus filhos, Pedro Otávio, Henrique e David, ao meu companheiro, Anderson e a minha avó, Maria Odeth (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao meu pai, que nunca me deixou desistir dos estudos, mesmo com todas as dificuldades ele sempre me apoiou. Agradeço a ele e também minha mãe, as minhas irmãs Stefany e Nicolý e a minha sobrinha Yasmim, por terem se revezado nos cuidados com meus filhos para que eu não faltasse as aulas do curso.

Agradeço a cada colega que cruzou em meu caminho e fez morada no meu coração, em especial a Jaqueline, a Andrea e a Mayara, que passamos dias de ansiedades e alegrias juntas. Aos demais, que não citei, pois a lista é grande, sabem que fizeram parte das minhas alegrias e desculpem se não pude participar das festinhas.

Não posso deixar de agradecer a cada professora e professor que estiveram no apoio de todos os discentes para que se cumprisse o processo de ensino e aprendizagem com excelência durante todo o curso. Vocês são ótimos! Ao professor Jônatas que, com certeza, não vai mais querer ouvir falar sobre livro didático, deixo minha eterna gratidão por todos esses anos de orientação e amizade.

RESUMO

LIVRO DIDÁTICO E ENSINO DE HISTÓRIA: DIZERES ACADÊMICOS E DIZERES ESCOLARES

Este trabalho tem como objeto de investigação do livro didático, em específico o de História. O objetivo central foi compreender suas características (conteúdo, formato, distribuição, didática) e seus usos a partir de pesquisas bibliográficas e dos relatos de professores da Rede Pública de Ensino de Jaguarão/RS. Por meio de entrevistas foi possível fazer a relação entre o que dizem a academia e o que dizem a escola, sobre o manual. Por fim, refletimos e indicamos algumas possibilidades para a superação de problemas enfrentados por professores no uso do material em sala de aula.

Palavras-chave: Livro didático; ensino de História; práticas pedagógicas.

RESUMEN

LIBRO DIDÁCTICO Y ENSEÑANZA DE HISTORIA: DICHOS ACADÉMICOS Y DICHOS ESCOLARES

Esta obra tiene como objeto de investigación del libro didáctico, concretamente el de Historia. El objetivo principal fue conocer sus características (contenido, formato, distribución, didáctica) y sus usos a partir de la investigación bibliográfica y los informes de los docentes de la Escuela Pública de Yasguarón/RS. A través de entrevistas se logró establecer la relación entre lo que dice la academia y lo que dice la escuela, sobre el manual. Finalmente, reflexionamos e indicamos algunas posibilidades de superación de los problemas que enfrentan los docentes en el uso del material en el aula.

Palabra clave: Libro didáctico; enseñanza de la historia; prácticas pedagógicas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
1.DIZERES ACADÊMICOS: Balanço sobre os livros didáticos de História	10
1.1 Olhar acadêmico sobre a “muleta pedagógica”: O que dizem os pesquisadores sobre a qualidade do livro didático	13
1.2 Uso do livro didático em sala de aula: instrumento pedagógico ou regra escolar	16
2.DIZERES ESCOLARES: O que dizem os professores sobre o livro didático de História	20
2.1 Entrevista com docentes da rede pública da cidade Jaguarão-RS	23
2.2 Observação dos livros didáticos que os professores utilizam nas aulas de História	34
3.APROXIMAÇÕES: diálogos entre a academia e a escola	40
3.1 Teoria X Prática: a formação de professores e as novas tecnologias	42
3.2 Livro didático: dispersão de um saber concreto?	49
CONCLUSÃO	54
REFERÊNCIAS	56

Introdução

Este trabalho foi pensado a partir das aulas do componente curricular “Metodologia do Ensino de História”, em que tive contato com textos que abordavam o livro didático, em especial, a leitura de textos da autora Circe Bittencourt, que discutia as diversas abordagens do livro didático. Sinto a importância de deixar registrado publicamente como cheguei ao tema desse trabalho, pois tão importante quanto a conclusão é o surgimento das ideias e fontes que me trouxeram até aqui.

O objeto a ser analisado nessa pesquisa é o Livro Didático de História (LDH), embora o estudo acerca do livro didático seja extenso, permeia as diversas disciplinas escolares. O objetivo deste trabalho foi fazer um contraponto entre as pesquisas acadêmicas e a realidade escolar, onde o manual tem espaço exclusivo no ensino e aprendizagem. Assim, a pesquisa foi pensada e estruturada em torno da pergunta central deste trabalho, “qual a função do livro didático de História no processo de ensino e aprendizagem do estudante?”.

No primeiro capítulo, intitulado “Dizeres acadêmicos”, foi feito um balanço bibliográfico referente aos livros didáticos, onde conto com a pesquisa de diversos autores que abordam o tema tão discutido do objeto central deste trabalho: o livro didático. Nas leituras que tive acesso, pude rever abordagens que norteiam o manual dos anos 60 até hoje, em que todos, independente do ano, abordaram e seguem abordando os mesmos problemas, os livros não possuem um texto claro, explicativo, as atividades não condizem com as explicações discutidas no conteúdo, não segue as normas, seu custo é alto e serve de uso exclusivo do docente.

No segundo capítulo, “Dizeres escolares”, me utilizei de entrevistas com professoras(r) da rede pública da cidade de Jaguarão-RS para conhecer como são ministradas suas aulas, observar os problemas latentes no ensino e a utilização do livro didático por esses docentes. As entrevistas seguiram a ordem de um questionário estruturado, dividido em dezesseis questões, que serviu como base na hora das entrevistas. As entrevistas ocorreram de forma presencial e via aplicativo online de conversação (google meet). Através destas observações, a conclusão é que todos os professores se utilizam do manual didático em suas aulas, e este serve de norte para a realização do plano de aula, pois o mesmo segue uma estrutura cronológica, ponto central da escolha dos manuais pelos professores. Os livros mais solicitados são aqueles que apresentam uma linha cronológica dos fatos históricos.

Questionário em ordem de perguntas feitas aos entrevistados:

- 1- Autorização do nome. (Que não foi usado, pois resolvi usar nomes fictícios)

- 2- Qual sua formação acadêmica?
- 3- Possui especialização? Em quê?
- 4- Há quantos anos atua na rede pública da cidade de Jaguarão?
- 5- Conte-me como são suas aulas.
- 6- Você faz uso do livro didático em sala de aula? Como?
- 7- Há quanto tempo leciona a disciplina de história?
- 8- Quem faz a escolha dos livros ou coleções?
- 9- Você acha que o livro didático por si só, é atraente e educativo para os alunos? Explique.
- 10- Como ensinar história, de forma a envolver os alunos no seu estudo?
- 11- Como tornar o estudo significativo?
- 12- Como você planeja suas aulas?
- 13- Qual livro você utiliza?
- 14- Para planejar suas aulas, que tipo de leitura realiza além do livro didático?
- 15- O que você acha dos conteúdos dispostos nos livros didáticos?

Este questionário, serviu para que eu pudesse completar a linha de pensamento sobre o manual didático, que venho pesquisando e como estrutura base deste trabalho, utilizando fonte oral.

No último capítulo, “Aproximações”, trato do diálogo entre os dois discursos, academia e escola, em que faço o cruzamento das informações discutidas no primeiro e segundo capítulo e transformo em possibilidades de ensino e formação de professores, sem que este, fique restrito ao livro didático.

A metodologia utilizada para as pesquisas foi baseada em perguntas elaborados por mim, referente ao livro didático, sua utilização, elaboração das aulas, método de ensino e planejamento. O questionário estruturado serviu como base das entrevistas, não sendo perguntado nem questionado nada além do que já estava elaborado, deixando as respostas para serem respondidas livremente pelos entrevistados. Os entrevistados atuam em três escolas diferentes do município, sendo duas no centro da cidade e uma na região periférica. Também se levou em consideração o tempo de serviço dos entrevistados, este distanciamento entre as formações dos professores, nos ajudou a ter uma base dos processos de formação do qual passaram, explícita nas respostas dos entrevistados que, foram melhores desempenhadas.

Capítulo 1- Dizeres acadêmicos: balanço sobre os livros didáticos de História

Neste primeiro capítulo será abordado as especificidades do livro didático em relação a sua qualidade e seu uso em sala de aula. Sabemos que o livro didático, em específico, o livro de História, que é o objeto dessa pesquisa, começou a ser pesquisado com forte empenho nos anos 90. Como alvo principal de estudo de pesquisadores, o LDH¹ vem se tornando um forte atrativo devido ao seu uso em sala de aula e até mesmo sua estrutura física. Neste capítulo, vou deter-me apenas nos modos citados acima através da relação bibliográfica de autores que discutem sobre o tema, e que cada vez mais vem sendo estudado por pesquisadores de diferentes áreas.

Sabe-se que o livro didático, tem uma grande importância dentro da sala de aula e no auxílio dos professores para lecionar essas aulas. Apesar de ser um objeto didático, seu uso não pode ser específico no ensino aprendizagem, assim como a lousa e o giz, seu uso é complementar e não prioritário. É notável que o manual escolar tem mudado durante os anos, está mais atraente, com ilustrações, dicas de pesquisa e lições para os alunos, mas ainda ocupa lugar primordial na mão do professor e conseqüentemente do aluno a quem este se destina e reproduz mais adiante.

Podemos acrescentar aqui, concordando com o autor Luiz Carlos Bento (2010), que além das questões abordadas acima, o livro didático é considerado “pobre” didaticamente pelo autor, pois seus conteúdos são lançados sem trabalhá-los, ou seja, não há interação com o conteúdo do texto e a didática proposta pelos autores nem mesmo com o professor, impedindo que o aluno abstraia seus conceitos; para completar a gama de “falhas” que o autor cita, os conteúdos dispostos nos livros didáticos, são, na maioria das vezes, incompatível com a leitura do conteúdo.

Flávia Eloisa Caimi (2010) destaca que tanto a disciplina de História quanto o livro didático nacional está presente no Brasil desde sua criação no Colégio Pedro II, em 1838² e que

¹ Livro Didático de História

² Segundo Júlia Silveira Matos (2016), entre os séculos XVI e XIX, o ensino não era proposto de forma separada, como vemos hoje uma disciplina para cada especificidade, ele estava ligado as línguas e as literaturas antigas. As humanidades eram compostas pelo latim, literatura e retórica, afirma Matos (2016). Foi durante o século XIX, que o ensino de história começou a ser organizado e efetivado, seguindo a constituição do Estado nacional brasileiro por representantes dos ministérios, Conselho de Estado, Câmara dos Deputados, Senado e presidentes das províncias. De acordo com Bittencourt (2018), o primeiro projeto foi apresentado pelo deputado Martim Francisco Ribeiro de Andrada*, este optou que o ensino de História fosse posto como conhecimento específico e desvinculado das Letras. Uma de suas propostas era de que os livros deveriam ser confeccionados separando os

ele foi se transformando e “incorporando novas concepções teórico-historiográficas e pedagógicas”. Abrindo um parêntese aqui, questiono que, tanto o ensino de História quanto aos conteúdos apresentados nos livros didáticos de História, embora tenham evoluído, ainda estão muito longe de serem um exemplo de leitura que estruture o ensino e aprendizagem. O livro didático é dividido por alguns pesquisadores como o livro bom e o livro ruim, mas segundo Marisa Lajolo (1996), o que faz um livro ser útil é o professor, o melhor manual pode se tornar um péssimo livro na mão de quem não sabe usar, a autora destaca, “[...] o pior livro pode ficar bom na sala de aula de um bom professor e o melhor livro desanda na sala de um mal professor. Pois o melhor livro, repita-se mais uma vez, é apenas um livro, instrumento auxiliar da aprendizagem” (LAJOLO, 1996, p. 8)

O livro didático tornou-se acima de tudo um produto de comercialização antes de ser um produto voltado e destinado apenas para o ensino, segundo Bento (2010), a venda do material, faz com que o conteúdo não tenha tanta importância para as editoras, pondo seu conteúdo de baixa qualidade, focando na quantidade e transformando o aluno em um ser que consome unicamente. Segundo Alain Choppin (2004), no início do século XX, os livros didáticos correspondiam a dois terços dos livros publicados, e em 1996, representavam 61% da produção nacional. Segundo site do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em 2011, foram distribuídos 14,1 milhões de livros, de todas as áreas incluindo língua estrangeira, para um total de 5 milhões de alunos.

Abrindo um parêntese neste item, que também é muito importante para quem se detém a estudar o tema, que no campo industrial/comercial do manual no Brasil, é nítido o volume da circulação dos livros, portanto e conseqüentemente seu valor financeiro também é, isto porquê segundo Célia C. de F. Cassiano (2004), a educação escolar é um sistema que acontece de forma simultânea, gradual e universal, e o livro didático faz parte desse processo se pensarmos como a autora que “salvo exceções, cada aluno brasileiro que está na escola utiliza um livro didático pra cada disciplina, livro este que é trocado anualmente (gradualidade), sendo que todos (universalidade) o usam ao mesmo tempo (simultaneidade)” e levando em conta que o governo compra livros para as áreas de Português, Matemática, História, Geografia e Ciências, maioria

usuários, ou seja, os compêndios para os alunos e os livros dos mestres, estes, conteriam anotações de como ensinar, esclarecimentos de como responder os alunos e definições das palavras difíceis. (Bittencourt, p. 131)
***Martim Francisco Ribeiro de Andrada** era membro da Comissão de Instrução da Assembleia Constituinte de 1823. (BITTENCOURT, 2018. p. 131)

das disciplinas escolares básicas, qual seria o tamanho do investimento nesses manuais, e no caso da História, manuais “bengalas” que são utilizados para reprodução do “conhecimento histórico”? Fica aqui um questionamento, se o investimento que se faz nos livros didáticos, que são substituídos a cada 2 ou 3 anos, por novos manuais, que muitas vezes, somente a capa do livro é atualizada e que custam relativamente altos financeiramente, necessitaria de tamanho investimento? No meu ponto de vista, seria melhor empregado na estrutura das escolas, com olhar mais atento as escolas de periferia, onde o descaso é maior, mais investimento na formação e nos professores e quem sabe novas tecnologias.

Kazumi Munakata (2012) sintetiza em seu artigo que o autor não tem autonomia relativa, devido as obras escolares serem feitas em conjunto, ou seja, são vários autores trabalhando em uma obra somente. Há toda uma estrutura industrial por trás do livro didático, começando pela escrita dos autores, revisão e preparação do texto, assim afirma o autor:

“Do ponto de vista editorial, um bom livro não é apenas aquele que contenha um bom conteúdo, ‘sério’, mas o que seja bem-feito – bem-feito não apenas em relação à exatidão das informações ou da ortografia, mas também no que respeita à coerência do estilo e da normalização”. (Munakata, 2012 p.56)

Seguindo as observações de Circe Bittencourt (2009), o professor decide sua forma de compra e utilização, o aluno “público-alvo” é denominado pela autora de “consumidor compulsório”, “sua confecção segue os princípios do sistema de avaliação”, ou seja, sua escolha é feita através do Guia³ que é selecionado pelo Estado, e o aluno “é o principal comprador desse material”, já que o mesmo, é destinado a ele. Portanto, a observação de Luiz Carlos Bento (2010), define que, a quantidade determina mais que a qualidade, já que o comprador/consumidor final é o maior prejudicado, se vale do que não sabe e é garantido pelo professor que reproduz fielmente o conteúdo disposto nos livros didáticos prejudicando o aluno no processo de aprendizagem; o mesmo afirma Alain Choppin (2004), “são destinados a espíritos jovens, ainda maleáveis e pouco críticos, e podem ser reproduzidos e destinados em grande número sobre todo um território”.

³ A escolha da obra, é feita pelo professor através dos Guias de Livros Didáticos, esse guia tem função de orientar o docente na escolha do mesmo. A criação do Guia, proposta pelo fato de que os livros didáticos estavam sendo enviados para as escolas com erros, segundo Célia Cristina de F. Cassiano (2004), erros conceituais, preconceituosos e desatualizados; por esse motivo o MEC realizou algumas pesquisas com os livros mais solicitados pelos professores e escolas, divulgando os resultados no Guia de Livros Didáticos para orientá-los.

1.1 Olhar acadêmico sobre a “muleta pedagógica”: O que dizem os pesquisadores sobre a qualidade do livro didático

*“De um lado, o aluno sorumbático
De outro, maquiavelicamente,
As doses de desânimo do livro
Didático”. (Ezequiel da Silva, 1996)*

Aqui, será abordado o peso do livro didático de História levando em consideração as investigações acadêmicas feitas por pesquisadores da área da educação a respeito do livro didático. Concordando com a pesquisadora Katia Maria Abud (2007), o livro didático vem assumindo extrema importância na vida escolar, desde os anos 1970, e se torna, em grande parte, a maior ou a única leitura dos alunos. A autora afirma que a importância que os livros didáticos têm assumido durante esses anos fez com que este, assumisse uma extrema importância na produção dos currículos escolares.

O livro didático torna-se, muitas vezes, a única leitura dos alunos, também é o único material de apoio dos professores que está a sua disposição, este, por sua vez, realiza a maior parte do seu trabalho crendo nos livros escolares. Segundo Abud (2007), é através dele que o professor “planeja as aulas seguindo a disposição dos conteúdos, utiliza os textos em sala de aula, monta com eles um material próprio e deles retira as questões da avaliação” e completa “a ausência de projetos de formação continuada, de reunião de professores, de discussão sobre seu trabalho, acentua a dependência do manual” (ABUD, 2007, p. 115). Sabemos que a carreira no magistério ainda é muito desvalorizada, os professores não possuem tempo suficiente para planejar suas aulas, muitas escolas não possuem estrutura adequada para que este profissional possa fazer uma aula atraente, seu tempo é limitado para ir atrás de outras fontes para seu uso e acaba se debruçando no livro didático, por que este, em alguns casos, já está estruturado conforme o currículo que o professor deve seguir.

Na mesma linha de pensamento, Ezequiel T. da Silva (1996), afirma que para uma grande parcela dos professores brasileiros, o livro didático assume a função de “muleta” e que na falta ou ausência deste manual “não se caminha cognitivamente na medida em que não há substância para ensinar”. O autor salienta que, devido à desvalorização do magistério e a falta de tempo que o professor tem para planejar suas aulas, resta apenas reproduzir o que está no livro didático para orientar a aprendizagem. Seu uso de forma exclusiva empobrece a produção de um ensino de qualidade; levando em conta que seu texto didático já é pobre em informação,

o conhecimento dos educandos se resume a nomes e datas, pois além de só submeter ao uso exclusivo do manual didático, o aluno acaba sendo levado pelo professor a resumir o conteúdo para seu estudo, assim a educação brasileira fica restrita a datas e figuras ilustres, sem poder desenvolver o espírito crítico do aluno. A abundância de gravuras que contém o livro didático, limitando ainda mais os conteúdos, diminuindo o grau de leitura dos estudantes.

Segundo Ezequiel T. da Silva (1996),

“Costumo ainda mostrar que esse apego cego ou inocente a livros didáticos pode significar uma perda crescente de autonomia por parte dos professores. A intermediação destes livros, na forma de costume, dependência e/ou ‘vício’, caracteriza-se como um fator mais importante do que o próprio diálogo pedagógico, que é ou deveria ser a base da existência da escola”. (da Silva, p. 12)

Segundo Maria F. C. Bittencourt (2011), o tema sobre a pesquisa do livro escolar começou a ser pensado no Brasil na década de 1980, através de pesquisas acadêmicas nos cursos de pós graduação de diferentes áreas e disciplinas escolares. Segundo a autora, as análises sobre livro didático, no período de 1980, deve-se ao crescimento dos cursos de pós-graduação que tiveram como interesse as produções didáticas. A autora ainda destaca um crescimento nas pesquisas a partir dos anos de 1990, principalmente nos cursos de mestrado das instituições situadas na região sudeste do Brasil. O processo de “democratização” do país, trouxe problemas sobre as disciplinas escolares criadas a partir da Lei nº 5.692/1971, exigindo a exclusão dessas na renovação das propostas curriculares do ensino da década de 1980.

De acordo com Circe Bittencourt (2011), “nesse período, muitas pesquisas denunciavam o caráter ideológico dos conteúdos das disciplinas”, como era o caso dos Estudos Sociais, Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil (OSPB) que substituíam o ensino de História. O crescimento sobre o estudo dos LDHs é ainda maior no início do século XXI e em todas as áreas. A autora ainda salienta que o livro didático seria incorporado a novos materiais didáticos tecnológicos e pressupondo sua extinção definitiva.

Segundo C. Bittencourt (2018),

“A opção da política educacional brasileira tem ocasionado questionamentos sobre a concepção do conhecimento escolar e sobre o papel do professor no atual modelo pedagógico em que os métodos de ensino tendem a uma submissão tecnológica controlada pelas mídias eletrônicas. A BNCC aponta para uma ‘modernização’ dos

conteúdos e dos métodos escolares tendo como premissas as novas vivências da geração das mídias, do individualismo do jovem cidadão consumidor cujo sonho é se integrar ao sistema capitalista globalizado que o torna dependente da aquisição contínua das novas tecnologias”. (Bittencourt, p, 143)

Podemos afirmar com toda a certeza de que os meios tecnológicos para o ensino público brasileiro ainda estão nos planos de um futuro muito distante e que o livro didático reina absoluto. A partir de 1997 com a implementação do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD)⁴, este tem o objetivo de fornecer livros escolares a todos os estudantes das escolas públicas do país, se tornou um tema polêmico que envolveu a mídia, os autores dos livros e as autoridades educacionais, acorrida pelas produções acadêmicas. Temos a impressão de que todas as críticas ao livro didático já foram feitas, desde sua criação, as editoras, seu conteúdo e uso em sala de aula, mas apesar dos pesares, este objeto, vai reinar por muito tempo, e gerar muita “dor de cabeça” para os pesquisadores do tema, se este, não deixar de ser instrumento de uso quase que obrigatório dos professores, pois o que realmente importa na sua distribuição é a quantidade e não a qualidade.

Alain Choppin (2004), discute que os livros escolares assumem junto ou separados, múltiplas funções que podem variar segundo o ambiente sociocultural, época, disciplinas, níveis de ensino, métodos e formas de utilização. A primeira função seria a função referencial, é aquele escrito seguindo o programa introduzindo a técnica e o conhecimento que se quer transmitir as novas gerações; a função instrumental, é aquele livro que propõe um método de aprendizagem e atividades que tem como objetivo a memorização do conhecimento, habilidades próprias, método de análise ou resolução do problema; função ideológica e cultural, desenvolvida no século XIX, é determinado como instrumento privilegiado da construção de identidade e por fim a função documental, conjunto de documentos, textuais ou icônico que tem por objetivo desenvolver o espírito crítico do aluno, essa função, segundo Choppin (2004), “surgiu muito recentemente na literatura escolar e não é universal, só é encontrada em ambientes pedagógicos

⁴ O PNLD, implantado em 1985 é o programa vigente até hoje, que segundo Flávia E. Caimi (2010), implanta ações mediadoras entre o mercado editorial e as escolas. Seu objetivo é adquirir e distribuir livros didáticos para toda a rede pública, sua distribuição é feita gratuitamente para todos os alunos. Sua política de planejamento, compra, avaliação e distribuição é feita pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), programa este, vinculado ao Ministério da Educação (MEC).

que privilegiam a iniciativa pessoal da criança e visam a favorecer sua autonomia, supõe, também um nível de formação elevada dos professores” (Choppin, p. 553).

Precisamos ter em mente, que, embora este trabalho sirva de reflexão para as futuras gerações de professores, e neste caso exclusivo, o professor de História, a última função que o autor se refere, a função documental, e que surgiu no contexto escolar recentemente, deve ser levado em conta quando, esta função é exercida por um profissional formado na área de atuação, a escola possui estrutura adequada para desempenhar tais funções e por último e não menos importante devemos sempre levar em consideração o contexto social em que os alunos estão inseridos.

Na concepção de Isaíde Bandeira Timbó (2009), o livro didático é ideológico e veicula valores através de características básicas, em sua forma – pois atende a exigências governamentais, já que este é o principal comprador-, conteúdos históricos– seguindo orientações curriculares como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), e conteúdos pedagógicos – que divulga não só conteúdo da área, mas de aprendizagem.

1.2 Uso do livro didático em sala de aula: instrumento pedagógico ou regra escolar

*“Antes de adotar um livro didático,
Pergunte criticamente
Se não vais ser um professor apático!”
(Ezequiel T. da Silva, 1996)*

Neste subcapítulo, será abordado o uso do livro didático em sala de aula na concepção de diversos estudiosos da área em que me detive a pesquisar durante um tempo, reitero que este trabalho está sendo desenvolvido para melhor ajudar os profissionais e não para expor os profissionais que se detém a utilizá-lo. No segundo capítulo será desenvolvido uma conversa com profissionais que atuam na disciplina de história da cidade de Jaguarão e a crítica que faço não é para desprestigiar, pelo contrário, cada um merece o reconhecimento pelo seu trabalho e que se a educação tem suas imperfeições, não devemos culpar o professor que “se vira” entre uma escola e outra e diversas turmas no dia-a-dia.

Na percepção de Marisa Lajolo (1996), didático é o livro que está designado para sua utilização em sala de aula e que “foi escrito, editado, vendido e comprado, tendo em vista sua utilização escolar e sistemática”, este, num contexto educacional como o Brasil, acaba

determinando os conteúdos e estratégias de ensino, delimitando sua forma de ensino, o que se ensina e como se ensina o que deve ser ensinado. Embora o manual se valha em sua forma soberana, este é de uso coletivo e deve ser orientado por um professor.

Segundo Ezequiel Teodoro da Silva (1996), o uso descontrolado do livro didático faz com que haja essa inversão de papéis no processo de ensino – aprendizagem dos alunos, ou seja, segundo o autor, os alunos deixam de interagir com o professor e desenvolver a produção do conhecimento, e passa a desenvolver as lições do livro didático adotado. De acordo com da Silva (1996), “dentro desse circuito, onde esse tipo de livro prepondera mais que o professor e reina absoluto, o ensino vira sinônimo de ‘seleção/adoção’ dos disponíveis no mercado” (DA SILVA, p. 12).

“Só a inserção do professor na condição de sujeito insubstituível do ato de ensinar poderá varrer a barbárie pedagógica das escolas, higienizando os ambientes e pondo para fora dali os badulaques que, por força das circunstâncias e dos costumes, insistem em permanecer na categoria dos didáticos” (da Silva, p, 13)

Como cita o autor, somente o professor poderá transformar essa questão tão latente no ensino e aprendizagem dos jovens estudantes, dependeremos de mais consciência pedagógica perante o ensino para que o livro didático deixe de reinar e passe a ser apenas um manual “didático”, como cita Marisa Lajolo (1996), é de uso complementar como todo outro material didático que está dentro da escola, e não de fonte de inspiração para ministrar aulas. Porque é assim que todos os pesquisadores veem o livro didático, uma fonte de inspiração para o professor planejar suas aulas. Em concordância com Lajolo (1996), Cassiano (2004) salienta que,

“Apesar de acreditarmos ser o livro didático um elemento prescritivo-chave do currículo, e daí a importância de estudá-lo, vale lembrar que o seu uso, que se concretiza na prática da sala de aula, dá-se com sujeitos específicos, em dadas condições sócio-históricas e ao lado de outros recursos (a lousa e o giz, por exemplo), tendo então esse uso a potência de subverter o prescrito, mas o faz valendo-se do próprio material, isto é, de uma condição objetiva que está dada”.

(Célia C. de F. Cassiano, p. 34)

Segundo Lajolo (1996), o livro didático se torna inadequado porque é visto como insignificante no que diz, pela ausência de variedade dos exercícios propostos, atividades sem

sentido, sendo assim o professor deve substituir as atividades ou apontar o tópico que considera insignificante. De acordo com a autora, “substituição e comentários serão educativos, na medida que estarão fazendo o aluno participar, de forma consciente, de uma situação de leitura crítica e ativa de um texto”. A autora ainda complementa que,

“[...]Escolha e uso do livro didático precisam resultar do exercício consciente da liberdade do professor no planejamento cuidadoso das atividades escolares, o que reforçará a posição de sujeito do professor em todas as práticas que constituem sua tarefa docente, em cujo dia-a-dia ele reescreve o livro didático, reafirmando-se, neste gesto, sujeito de sua prática pedagógica e um quase co-autor do livro”. (Lajolo, p. 9)

Se a questão deste trabalho fosse como os alunos descrevem a utilização do livro didático em sala de aula, a maior parte dos alunos que seriam entrevistados diriam que o uso desse manual é de cópia do material, ou seja, diriam que o professor possivelmente faz/fazia com que os educandos resumissem o conteúdo disposto no livro para o caderno, o que serviria de estudo dos alunos para uma possível avaliação no fim do semestre. Mas será que este profissional tem noção do que o aluno tem escrito para si? Como será que o resumo que o aluno fez corresponde suas expectativas, ou mesmo será que o discente fez realmente o resumo do que achava mais importante, já que na maioria das vezes é o próprio educando quem faz seu resumo e de forma individual. Essa questão não é recente; fui “educada” na escola dessa forma, o aluno tinha seu livro ou um livro para dois eu três e que os próprios alunos é quem resumiam seu material de estudo, e no fim das contas, o que cai na pergunta da prova está de acordo com o meu resumo? Segundo o autor Luiz Carlos Bento (2010),

“Quando o livro didático deixa de ser produzido para suporte do processo de ensino e aprendizagem e passa a ser tomado como base desse processo convertendo-se na única fonte de pesquisa do professor, ele se torna um instrumento sacralizador e perde a sua função. Quando o livro didático torna-se uma mercadoria, converte-se em um problema para o próprio processo educacional, passando a contrariar, dessa forma, a lógica do pensamento histórico, pois, na maioria das vezes, eles fornecem aos alunos uma concepção de história única e verdadeira (em absoluto), inviabilizando o raciocínio lógico e as múltiplas capacidades criativas dos estudantes”. (Bento, p. 127)

A linha de pensamento do autor se dá devido ao processo que os livros didáticos não são historicizados pelos autores nem pelos professores, que não pensam tal conteúdo como sendo

uma das diversas “interpretações possíveis da realidade histórica” e que estes, se fazem de uma “produção pronta e acabada e tida como inquestionável”.

A produção didática é destinada a alunos e professores, ambos possuem seus próprios livros. O professor possui o livro do professor ou manual do professor, e os alunos garantem igualmente o mesmo livro. O livro do professor contém os exercícios com as respostas prontas e alguns até se dispões a dicas de leitura e atividades. O livro do aluno contém a leitura e os exercícios que serão feitos pelos alunos, para que tal atividade seja realizada, o professor que se vale de tais questões deve interferir nos conteúdos e atividades que considera inadequada, por isso que, mais uma vez, é necessário dialogar que o professor tem autonomia para determinar o que é válido no ensino-aprendizagem dos estudantes, segundo Lajolo (1996),

“A expectativa do livro didático é que, a partir dos textos informativos, das ilustrações, diagramas e tabelas, seja possível a resolução dos exercícios e atividades cuja realização deve favorecer a aprendizagem”. (Marisa Lajolo, p. 5)

A autora observa que o livro didático tem a expectativa de auxiliar a aprendizagem dos alunos, reitero minha posição de que o professor é, e deve ser mais autônomo que o manual, e que a função deste é de conduzir as questões e temas que o Estado quer que os educandos saibam, direcionando sua aprendizagem para o mercado de trabalho e não para desenvolver o “espírito crítico” como afirma Alain Choppin (2004).

Capítulo 2- Dizeres escolares: O que dizem os professores sobre o livro didático de

História

No capítulo anterior vimos como pensam os diversos pesquisadores que se debruçam sobre o livro didático e o ensino de história e como esses campos de conhecimento se relacionam no cotidiano educacional. De um lado o objeto, neste caso o livro didático, do outro, uma forma de interpretar e transmitir o conhecimento, o ensino de história. Ao descrever sobre o manual, é notável que muitos pesquisadores descrevem este como sendo “vazio”, portanto, a utilização específica desse manual limita o ensino e aprendizagem.

Neste capítulo, intitulado “Dizeres escolares”, será descrita a análise que fiz, por meio de entrevistas, com professoras(es) da rede pública municipal e estadual da cidade de Jaguarão-RS, a fim de saber se estas(es) utilizam o livro didático na elaboração das aulas, seu uso em sala de aula e o que pensam sobre o manual. A cidade de Jaguarão possui ao todo 12 escolas, 270 professores, destes, 13 são professores de História e 1775 alunos, segundo informações oficiais da própria Secretaria Municipal de Educação de Jaguarão. Essas entrevistas tem o intuito de enriquecer o trabalho que aqui realizo, e fazer um contraponto com o primeiro capítulo que é destinado, como já foi dito, a verificar a perspectiva acadêmica sobre o objeto livro e o ensino que este proporciona. Esse exercício será finalizado no último capítulo, em que concluiremos a partir do que foi defendido no primeiro e segundo capítulo, identificando os problemas percebidos no discurso acadêmico e escolar e quais são as possibilidades e/ou soluções para a resolução desses problemas.

Para a elaboração deste capítulo, onde relato as análises sobre a forma de trabalho e uso do livro didático, foi utilizada fonte oral para a conclusão da pesquisa sobre os dizeres escolares que nomeia este ponto da pesquisa. As narrativas dos professores entrevistados foram gravadas em áudio para que sejam transcritas corretamente conforme foram analisadas. A metodologia utilizada para as entrevistas foi baseada num questionário estruturado- refere-se aquele conjunto de perguntas já estabelecidas e destinadas ao objeto central- que serviram para guiar o entrevistador, elaboradas por mim, referente ao livro didático, planejamento e metodologia de ensino, que foram feitas aos entrevistados. A ideia de questionário para trabalhar o capítulo foi pensada na leitura do texto de Flávia Eloisa Caime “*Escolhas e usos do livro didático de História: O que dizem os professores*”, 2010.

As perguntas foram divididas em três temas: primeiro sobre os professores entrevistados, segundo sobre livro didático e planejamento e por último sobre sua utilização em sala de aula e metodologia de ensino. Este método de trabalho foi utilizado para complementar as questões discutidas no capítulo anterior que foram baseadas nas observações de pesquisas de diversos escritores que analisam o livro didático em suas diversas utilidades e aplicação em sala de aula.

Conforme Marisa Lajolo (1996), tanto a história do livro didático como a escola brasileira, mostram que a relação professor mais livro didático, nem sempre foi essa desejável relação de “competência e autonomia” que a autora explicita, e que a precariedade do magistério é responsável pelos “desacertos que circundam questões relativas ao livro didático na escola brasileira”, e completa,

“Um magistério despreparado e mal remunerado não tem as condições mínimas essenciais para escolha e uso crítico do livro didático, o que acaba fazendo circular, nas mãos e cabeças de professores e de alunos, livros que informam mal, que veiculam comportamentos, valores e conteúdos inadequados”. (Lajolo, p. 8)

A autora veicula a forma de aprendizagem que é feita pelo professorado com o material didático, a forma despreparada do magistério, levando em conta que estes profissionais não possuem salário digno de tal demanda e possui, em sua forma de trabalho, “precária”, o livro didático passa a agir como porto seguro na sala de aula. Ainda hoje, considerando o tempo em que foi escrito o artigo de Lajolo, 1996 sobre o manual, presenciamos este objeto como sendo o porta-voz escolar por durante duas horas semanais de estudos da história. As críticas feitas a esse manual já são várias, mas porque será que este objeto ainda segue “reinando” no ensino brasileiro? Essa resposta é visível quando se conhece a realidade da educação brasileira, pouco tempo de planejamento e próprio despreparo do professor, muitas vezes como consequência de uma má formação inicial.

A primeira coisa a se pensar é que esse assunto já foi muito discutido e não só nas bases da ciência histórica; a segunda coisa a se dizer é que a carreira do magistério ainda é desvalorizada e que esses profissionais não possuem tempo para um planejamento satisfatório, que possa, de fato, quebrar os paradigmas de um ensino de qualidade; um terceiro ponto e não menos importante é que a maioria dos professores que lecionam a disciplina de História não são formados na área da História, aqui não me refiro somente nos professores que foram entrevistados, o contexto é geral e nacional, o que torna mais difícil essa relação de ensino da

disciplina com o que realmente se deve priorizar. Muitos professores que ministram a disciplina de história, possuem graduação em outras categorias de ensino, raros aqueles professores que formaram na História e estão lecionando esta disciplina, sendo que é essencial que nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio se tenha um professor específico pra cada disciplina, nisso se inclui o ensino de História, assim como a Física, a Química, a Matemática e etc, o que não poderia ser administrada por um professor que cursou Geografia, por exemplo; como ficaria a aprendizagem dos alunos e o tempo para o professor estudar um conteúdo totalmente diferente do que foi preparado para lecionar.

Quando pensamos no livro didático como material de apoio destes professores, se tem uma linha de pesquisa cronológica, onde os conteúdos rasos e sem qualidade histórica acabam por satisfazer o ensino escolar. As políticas públicas não conseguiram quebrar a tradição escolar da cronologia, portanto, tem-se observado que os manuais mais solicitados são aqueles que seguem essa linha cronológica, que foram incorporados nos livros ao longo dos séculos XIX e XX. De acordo com Circe Bittencourt (2008), o livro assume esse papel da mediação do professor com o aluno pois nele está descrito o método de ensino que assume grande importância na educação, além de conteúdo ele apresenta atividades para serem elaboradas, segundo a autora,

“Além de explicitar os conteúdos escolares, é um *suporte de métodos pedagógicos*, ao conter exercícios, atividades, sugestões de trabalhos individuais ou em grupo e de formas de avaliação do conteúdo e método de ensino explica a sua importância na constituição da disciplina ou do saber escolar”. (Bittencourt, p. 302)

Portanto, a função que o livro didático assume é mais do que ele realmente deveria ser, um material didático, um auxílio para o professor ministrar suas aulas. O manual, nos últimos anos, tem assumido o controle do ensino, do currículo, principalmente quando o professor não assume a disciplina de sua formação. Júlia Silveira Matos (2016), diz que os primeiros manuais de História que foram utilizados nos liceus do início do século XIX, eram produções do fim do século XVII, mas que inspiraram os novos manuais que surgiram para atender o ensino secundário e superior. Embora a disciplina de História não existisse nos programas de ensino dos colégios da época, os saberes, segundo a autora citada, “históricos”, estavam presentes nos estudos de literatura, retórica e gramática. Sabe-se que nesse contexto entre os séculos XVI e

XIX, o ensino não era proposto de forma elementar e a separação dos saberes, segundo Matos (2016), “estava na ênfase das línguas e literaturas antigas”.

Portanto, vê-se que o ensino de história não está somente na disciplina que o denomina, desde o início do ensino nos liceus, mesmo sem a criação da disciplina específica até hoje, não é somente em História que vemos História. A História está em cada coisa, em cada sentido, em cada lugar, a História somos nós e os outros, juntos ou separados. Se pensarmos o uso do livro didático como pensamos o estudo enquanto história acadêmica, o livro didático pode até ter mudado em sua forma estética, mas seu conteúdo escrito deixa a desejar aos alunos de hoje que amanhã não terão um senso crítico e quem sabe não tenham compreendido o verdadeiro significado de estudar História. Não defendo que se deve tornar os jovens em pequenos historiadores, mas apenas para lembrar o porquê de realmente estudarmos “História”.

2.1 Entrevista com docentes da rede pública da cidade Jaguarão-RS

As entrevistas ocorreram nos dias 22, 28 e 29 de outubro de 2020, realizadas via plataforma online e presencial⁵. Ricardo Santhiago e Valéria Magalhães (2020), analisam os cuidados com que se deve ter em entrevistas online, primeiramente assegurar a qualidade do áudio, garantir ao entrevistado toda a referência e conhecimento da pesquisa, assegurando a confiabilidade do projeto, combinar a forma de autorização de uso, se for gravada, deve-se enviar uma cópia ao entrevistado, assinada ou escaneada. Os entrevistados atuam em duas escolas do Município e uma do Estado, são elas: Escola Padre Pagliane⁸, situada na zona central da cidade, abrangendo os ribeirinhos e centro; Escola Marechal Castelo Branco, situada no bairro Kennedy, onde abrange estudantes do próprio bairro, bairro Germano e Mutirão e a

⁵ As entrevistas que ocorreram de forma presencial, foi a pedido da professora, pois esta se sentia melhor que fosse assim. Lembro que foram tomadas as medidas necessárias de cuidados como uso de máscara e distanciamento. ⁸A Escola Padre Pagliani foi fundada em 1924, com Patronato São José. A obra de início foi destinada a um Patronato para meninos pobres e sem lar, sob direção de algumas senhoras, e mais tarde começou a receber meninas nas mesmas condições. Em 1925, foi nomeada de Escola Municipal 27 de Janeiro e abrigava 32 alunos e uma professora. Em 1955, novamente sofreu alteração em seu nome, sendo chamada de Escola Paroquial, com 40 alunos matriculados, 2 professoras e abrangendo o primeiro e segundo anos do primário. Um ano depois passou a ser Escola Municipal Inácio Montanha, com 64 alunos e 2 professoras. Em 1958, recebeu o nome do seu patrono, sendo conhecida como Escola Paroquial Padre Humberto Pagliani, com 90 alunos matriculados e no ano seguinte com 115 alunos e a inclusão do terceiro ano elementar. Por motivos de financeiros o prédio foi cedido a prefeitura, com 151 alunos e seis professores. No ano seguinte foi acrescentado até o quinto ano primário, com 152 alunos matriculados e 10 professoras. Hoje a escola conta com Ensino Fundamental-anos iniciais e anos finais- Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos-EJA, divididos em três turnos. Fonte: <http://escolapagliani.blogspot.com/>

Escola Estadual Hermes Pintos Affonso⁶, também situada na zona central da cidade, mais próxima aos bairros Kennedy, Germano e Cerro da Pólvora. As escolas denominadas acima não foram escolhidas devido ao seu ponto físico ou posição, as escolas citadas foram aquelas que recebemos aceite dos professores para participarem das entrevistas.

O convite foi enviado a Secretaria Municipal de Educação, solicitando que esta enviasse a lista de professores que lecionam História no município e que estivessem disponíveis para participar da pesquisa. A resposta foi devolvida com três professores e somente um respondeu que gostaria de ser entrevistado, que foi o professor da escola Padre Pagliane. As professoras da escola Castelo Branco e Hermes Pintos Affonso foram convidadas via ferramenta online de conversação, pois já haviam um vínculo de parceria com a instituição devido aos estágios obrigatórios que os discentes realizam no curso de História. O tempo de atuação dos professores também ajudou a pesquisa, pois foi possível observar que este distanciamento no tempo de serviço do magistério obteve melhores respostas nas entrevistas.

Para fazer referência aos professores usaremos nomes fictícios, sendo o professor que atua na escola Padre Pagliane será denominado de professor Lírio; a professora que atua na escola Castelo Branco, será chamada de professora Violeta, e a professora da escola Hermes Pintos Affonso, será denominada de professora Margarida. Na entrevista foram feitas algumas perguntas sobre o livro didático que utilizam, como utilizam e como são suas aulas, conforme o bloco de perguntas citado acima. No decorrer deste, vou elencando as perguntas e as respostas dos professores na medida em que vou problematizando.

O primeiro bloco de perguntas⁷ foi de conhecimento mais geral, são estas: Qual a formação acadêmica? Se possui especialização e em quê? Há quanto tempo atua na rede pública da cidade de Jaguarão? e por último, há quanto tempo leciona a disciplina de História? Levando em conta a formação dos professores, a professora Violeta é formada em Estudos Sociais (licenciatura curta) e pós graduada em História e Geografia do Brasil⁸, sendo sua última formação em 2003, atua há vinte e seis anos no magistério e há dez como professora de História.

⁶ A Escola Estadual de Ensino Médio Hermes Pintos Afonso foi fundada em 1976, com o nome inicial de Unidade Estadual de Ensino Polivalente, a escola ganhou esse nome pois era destinada aos cursos técnicos no início, em 2004, passou a ser chamada como é hoje. A escola atua em três turnos, com Ensino Fundamental-anos iniciais e anos finais-, Ensino Médio, com o diurno em tempo integral incluído no ano de 2019, e Educação de Jovens e Adultos.

Fonte: <http://eemhermespintosaffonso.blogspot.com/>

⁷ Referente a divisão do questionário em temas para cada agrupamento de perguntas, onde foram dispostos seguindo a resposta dos entrevistados.

⁸ O município aceitava que os professores que tivessem licenciatura curta fizessem pós-graduação.

Já o professor Lírio se formou em Pedagogia, Processos Gerenciais e Direito e possui pós-graduação em Administração. Atua há oito anos na rede pública da cidade e leciona na turma do EJA (Educação de Jovens e Adultos) nas disciplinas de História e Espanhol, nesta escola atua na disciplina de História a três anos. A professora Margarida é formada em História Licenciatura e leciona na escola a disciplina de História para o Ensino Médio e Projeto de vida no Ensino Fundamental e Médio, atuando na mesma há três anos, já lecionou em outros momentos as disciplinas de Geografia, Sociologia e Filosofia.

Segundo a autora Caroline Pacievitch (2018), a formação dos professores não é um processo que começa e termina no curso de licenciatura, mas é algo que se desenvolve ao longo da vida e que depende dos mais diversos tipos de saberes. Segundo a autora, “acadêmicos, pedagógicos, de crenças, memórias, experiências...” (Pacievitch, 2018, p. 19). Portanto, a formação do professor tem uma linha contínua de saberes, O professor não pode parar no tempo e ficar condicionado ao mesmo plano de aula pelo resto de sua carreira pois cada criança/aluno tem seu modo de aprendizagem e assim como a História que se modifica o aluno também se transforma ao passar dos anos.

Isso não significa que o professor tenha que, obrigatoriamente, usar ferramentas digitais modernas para lecionar. O que penso é que o educando precisa estar sempre atento as evoluções historiográficas, como pesquisas mais recentes, para que possa fazer um contraponto a partir de seu saber acadêmico. A linguagem também é um ponto muito importante no ensino, pois não é possível ministrar uma aula sobre relações étnico raciais e utilizar a palavra “escravo” em vez de “escravizado”⁹, como já observei. São questões mínimas, mas de prudência, que caracterizam um grande professor.

No segundo bloco de perguntas, ficou restrito ao livro didático e ao planejamento das aulas, com as seguintes perguntas: Quem faz a escolha do livro didático? O que acham dos conteúdos dispostos no livro didático? Você acha que o livro didático por si só é atraente e educativo para os alunos? Seguindo essas perguntas obtive as seguintes respostas.

⁹ “O termo escravo reduz o ser humano à mera condição de mercadoria, como um ser que não decide e não tem consciência sobre os rumos de sua própria vida, ou seja, age passivamente e em estado de submissão, o vocábulo escravizado modifica a carga semântica e denuncia o processo de violência subjacente à perda da identidade, trazendo à tona um conteúdo de caráter histórico e social atinente à luta pelo poder de pessoas sobre pessoas, além de marcar a arbitrariedade e o abuso da força dos opressores” (TAILLE, Elizabeth Harkot-de-la; SANTOS, Adriano R. dos. “Sobre escravos e escravizados: percursos discursivos da conquista da liberdade”. III Simpósio Nacional Discursivo, Identidade e Sociedade.

A professora Violeta relata que a escolha do livro é feita pelos professores, mas a professora cita que nem sempre o livro que é escolhido é o que chega na escola. Esse é outro problema que os professores precisam dar conta: a escolha do livro didático nem sempre é contemplada e isso ocorre por vários motivos. Na apostila da Fundação de Assistência ao Estudante (FAE)¹⁰ de 1985 e 1991, ficam especificados os critérios de escolha do livro didático, são eles:

“O professor deve optar por duas escolhas para garantir o livro que escolheu; Se o livro escolhido não poder ser comprado, segue os motivos: o preço não é conveniente nem para a FAE nem para as editoras; a editora não pode imprimir dentro do prazo; o número de livros é pequeno e não interessa a editora. O livro escolhido deve ser do mesmo componente curricular; De editoras diferentes”. (FAE, 1985)

No guia estava explícito que o professor deveria ter a consciência das disciplinas que deveriam ser priorizadas pois seriam distribuídos somente um ou dois livros por criança dependendo das séries.

O professor Lírio conta que os professores que lecionam a disciplina se juntam no início ou fim do ano para fazer a escolha do livro didático, mesmo lecionando nas turmas de EJA¹¹, o professor participa da escolha do material. A professora Margarida conta que ainda não fez a escolha do material didático que utiliza em sala de aula, que esta função ficou restrita com o professor que ministra a disciplina de História no Ensino Fundamental. Embora sejam livros diferentes, do fundamental e do ensino médio, a professora não participou da escolha dos manuais, o que implica no uso do material sem conhecimento e opção de escolha.

Conforme cita Marisa Lajolo (1996), pelo fato de o livro didático desfrutar de tal importância nas escolas brasileiras, este manual precisa estar incluído nas políticas educacionais garantindo educação de qualidade para todos, e completa, “pela mesma razão, a escolha e a utilização dele precisam ser fundamentadas na competência dos professores que, junto com os alunos, vão fazer dele(livro) instrumento de aprendizagem” (LAJOLO, 1996, p. 4). Esta função de escolha do livro didático é fundamental para o andamento do ensino, pois todos os professores, independentes das turmas em que lecionam, devem fazer a escolha dos manuais

¹⁰ A FAE era responsável por programas e projetos de assistência ao estudante como: Merenda escolar, Salas de leitura, Módulos escolares e o antigo Programa da Livro Didático para o Ensino Fundamental -PLIDEF.

¹¹ As turmas de EJA (Educação de Jovens e Adultos), não possui livro específico, por isso que o professor participa da escolha das turmas do ensino fundamental normal, pois se utiliza desses exemplares para planejar suas aulas.

juntos, para que assim o aluno não se perca dos conteúdos de um ano para o outro, já que o material didático é utilizado de forma unânime nas aulas de história.

Sobre os conteúdos do livro, a professora Violeta afirma que os conteúdos “agora estão ótimos e bem distribuídos”. Porém, discordo da professora, pois percebo que o que mudou na categoria dos didáticos foram as imagens e a alteração dos conteúdos de acordo com as séries, conforme a BNCC. A autora Circe Bittencourt (2008), relata que os livros didáticos muitas vezes não seguem a informação da capa, e completa,

“A análise da capa sempre fornece indícios interessantes, desde suas cores e ilustrações até o título e as informações sobre as vinculações com as propostas curriculares. É comum encontrar na capa dos livros as indicações sobre eles ‘estarem de acordo’ com tal ou qual proposta curricular- nos tempos mais recentes, com os PCN. Tais afirmações da editora nem sempre se confirmam no interior da obra”.

(Bittencourt, p. 312)

O professor Lírio relata que os docentes precisam seguir o Referencial Curricular Gaúcho¹² e que alguns conteúdos que devem ser seguidos. Porém, afirma que a questão da religiosidade fica muito superficial nos livros didáticos. O mesmo relata que o trato com assuntos regionais fica vago nos livros didáticos que ele utiliza, mas levando em conta que o Referencial Curricular Gaúcho foi implantado no currículo escolar das escolas em 2019 este assunto fica sim vago nos livros, pois estes, ainda são do PNLD de 2018-2020, ou seja, mesmo que cada livro aborde a regionalidade a que se destina nos envios, o livro vigente é do PNLD de 2018, portanto esse assunto é de autonomia do professor que vai preencher esse e os demais espaços vagos que o manual didático deixa falho. Outro assunto a se pensar: será que cada município terá um livro didático específico que contemple cada região?

A professora Margarida diz que as transações que ocorrem nos livros didáticos de um período da História para outro é vago, é difícil compreender e lidar com esses processos de transações, é uma coisa que a professora acha vago nos livros didáticos. Mais uma vez reitero que o professor deve preencher essas lacunas dos livros didáticos e que se este obtém muitas “falhas” deve ser substituído por materiais elaborados pelos docentes, lembrando que o manual é de uso auxiliar e não exclusivo.

¹² Norteador dos currículos das escolas gaúchas desde 2019.

Quando foi perguntado se o livro didático é atraente e educativo, a professora Violeta respondeu que,

“eu acho que o livro didático é uma coisa palpável pra eles, entendeu, é uma coisa que eles conseguem ver e tocar, eles têm muita curiosidade, inclusive com o livro didático. Nas primeiras aulas do ano eu sempre entrego os livros didáticos e tem aquela aula que é de brincar com o livro, que eu falo, sabe?, eles ficam olhando, vão no final e dizem, olha lá?, por que eles gostam da ilustração. Eu digo assim, não é a ilustração. Vamos descobrir o que é aquilo, vamos conversar sobre o que é aquilo, pra motivar eles, por que sem o livro, eles ficam sem o objeto concreto”. (Professora Violeta)

A professora Violeta diz dois elementos interessantes sobre o livro didático: “palpável” e “objeto concreto”. Ao citar que o livro é palpável e concreto, a professora chama a atenção para um ponto interessante sobre o material. Talvez o LDH seja a única leitura ou único livro que os alunos tenham contato. O livro didático muitas vezes assume a função de “objeto concreto” na educação escolar, pois ultrapassa a palavra do professor e/ou afirma aquilo que o professor está falando, portanto, torna-se visível e concreto para aquela criança.

O professor Lírio respondeu que o livro didático, por si, só não seria atraente por que se deixasse o material por conta dos alunos eles não achariam o livro atraente. Professor Lírio acredita que o professor é quem tem que fazer a mediação entre o livro e a atividade ou assunto abordado, se não, nas palavras do professor, “senão acaba sendo um monte de letras e imagens, não vai chamar a atenção deles, [...] o livro compete com o celular e acaba sempre perdendo, ele está estático, não tem interação do livro com o aluno”. O professor Lírio também chama a atenção nas suas palavras, ele conta que o livro compete com o aparelho celular e realmente o manual fica em segundo plano se o professor não fizer a mediação do livro com o aluno. A observação do professor Lírio completa o pensamento da autora Circe Bittencourt (2008),

“O aluno estuda no livro didático para as avaliações, para cumprir determinada tarefa que o professor ordenou, para fazer uma pesquisa escolar, mas dificilmente recorre a ela para uma leitura livre, para adquirir espontaneamente conhecimentos”.
(Bittencourt, p. 318)

A professora Margarida diz que o material didático tem muita coisa boa, com indicação de filmes, documentários que a professora revisa o material para trabalhar com os alunos, ministra a aula quando são utilizados os filmes, documentários, a professora vai parando o vídeo e explicando o que está acontecendo. Também se utiliza desses vídeos para complementar suas

aulas, pois acredita que o visual ajuda melhor o entendimento dos conteúdos propostos. Tanto o professor Lírio quanto a professora Margarida concordam que o livro, por si só, não é atraente e compete outros materiais didáticos, a professora Margarida utiliza filme, séries, documentário pois acredita que tem mais interação com o aluno.

Na observação do autor Ezequiel T. da Silva (1996), este, acrescenta que,

“Vale ressaltar que essa forma (o livro didático) é muito ruim nas suas características de produção. É ‘quadrada’: obedece ao mesmo padrão e seu feitiço estrutural. É extremamente ‘rasa’ no intuito de acomodar informações aligeiradas e não muito fiel às fontes primeiras. É ‘pegajosa’ e ‘fria’ congelando as possibilidades de movimento no âmbito do ensino e aprendizagem. É ‘espalhafatosa’: os fatos do conhecimento se diluem nos adornos do produto para efeito de convencimento dos consumidores. É ‘descartável’ e ‘perecível’, considerando os meios modernos de circulação do conhecimento”. (da Silva, p. 12)

Sobre o planejamento das aulas, a professora Violeta diz que planeja de acordo com o andamento das turmas, e que geralmente os 6º anos é mais lento pois vem de uma turma com andamento diferente, com um professor apenas. O professor Lírio faz o planejamento das aulas a partir do tema que escolheu, sua metodologia varia, pode ser uma aula expositiva, o estudo de um texto ou resolução de um exercício, após feito isso seleciona os materiais a serem utilizados (livro, xerox, quadro e giz) aí depende do tipo de aula, da turma e do conteúdo trabalhado, se altera a metodologia, por último, é realizada a avaliação, o professor pergunta como foi e pode ser a correção de exercícios também.

A professora Margarida parte da dificuldade dos alunos, conta que para ajudar, o professor tem que ser “descolado”, não adianta fazer algo que eles possam gostar, o que de fato tem que fazer é levar o que realmente eles gostam, e completa, “tem que ser ali, na hora, ler uma palavra e fazer uma brincadeira ou associar alguma coisa na hora, e tipo, que seja significativo, né, pro presente”. A professora conta que olha muito e se identifica com eles, vê sua adolescência neles, daí ela sabe da onde vem tal coisa e utiliza aquilo para pôr no conteúdo, é uma maneira que a professora faz para eles se identificarem.

No terceiro e último bloco de perguntas, estas ficaram relacionadas a utilização do livro didático em sala de aula e a metodologia de aula dos entrevistados. As perguntas foram: Se o livro é utilizado em sala de aula e como, a metodologia e que tipo de leitura realiza além do

livro didático? Como tornar o estudo significativo? Como ensinar história de forma a envolver os alunos no seu estudo? e por fim, conte-me como são suas aulas?

A professora Violeta conta que a utilização do livro didático na sala de aula é de uso constante, como leituras, resolver exercícios e complementa com outras elaboradas por ela. O professor Lírio se utiliza do livro como guia em algumas aulas, outras são utilizados xérox em outras são realizados exercícios, atividades que podem usar quadro, giz ou conversa sobre determinado tema. Na escola a professora Margarida utiliza o material do livro didático completa com resumos que ela mesma escreve, pois não há como imprimir material para todos os alunos, também utiliza o quadro para dar explicações aos alunos.

A professora Margarida faz uso do livro didático em sala de aula e complementa que, esses manuais não são ruins, mas são incompletos, assim como o material do livro a professora completa essas lacunas com seus próprios resumos. Reforça sobre os autores que escrevem o material didático, alguns são vistos na universidade, traz a visão das atividades complementares dos livros como imagens e documentários. Os autores dos didáticos muitas vezes são conhecidos da universidade, principalmente quando se trata de professores jovens como a professora Margarida e o professor Lírio. Portanto, os livros didáticos muitas vezes foram escolhidos pelo autor que já tem afinidade, por já terem “estudado tal escritor na academia”, mas devemos atentar se o autor que escolhemos é o mesmo que escreve o conteúdo abordado no manual e as atividades a serem desenvolvidas está de acordo com a abordagem escrita, segundo Bittencourt (2008),

“É importante identificar se autor da obra é o autor do conteúdo pedagógico, porque nem sempre se trata da mesma pessoa ou grupo de pessoas. Tem sido frequente a divisão das tarefas. Enquanto o autor se ocupa de relação dos textos, outra equipe ou ajudante se encarrega da elaboração das atividades pedagógicas. O resultado dessa divisão de trabalho é, por vezes, um descompasso entre o texto dos capítulos e as atividades propostas para sua compreensão e estudo”. (Bittencourt, p. 316)

Segundo os autores Nilton M. Pereira e Fernando Seffner (2008), o que se ensina na escola não é o mesmo que é ensinado na academia e nem poderia ser por dois motivos: “os processos de mediação didática que buscam construir o conhecimento produzido pela pesquisa histórica; e os interesses, circunstâncias socioculturais específica daqueles que são os receptores da história ensinada na escola, alunos e comunidade de pais e professores”. (PEREIRA e

SEFFNER, 2008, p. 118). De acordo com os autores, tanto a escola quanto a sala de aula de História, vivem em tempos em que “as circunstâncias sociais que limitam a produção do conhecimento são muito mais percebidas”, daí vem a falta de tempo de estudo da maioria dos professores, uma delas, a grande jornada de trabalho até a necessidade forçosa do uso do livro didático. Assim, “a aula de história na educação básica tem poucas possibilidades de conseguir inserir novos conteúdos, resultados de pesquisas mais recentes, novos métodos de pesquisa e as novas tendências teóricas e epistemologias da história”. (PEREIRA e SEFFNER, 2008, p. 121)

Como tornar o estudo significativo? Essa é uma pergunta que gera incerteza nas respostas dos professores. A Professora Violeta cita que é mostrando pra os alunos que a história faz parte da vida de todos nós e que faz parte do ser humano e que a “história não é algo distante de nós, a história é nossa”. O professor Lírio relata que cada pessoa é diferente e o que é significativo para um pode não ser para outro indivíduo, segundo o professor, o estudo se torna significativo quando consegue mudar o aluno e completa com um exemplo,

“o lixo, todo mundo sabe que não é legal jogar lixo no chão, jogar lixo na rua, mas, é, ele se dá conta que o lixo tá prejudicando ele, é uma forma que vai ser significativo. Com a história é basicamente[...] fazer com que o aluno entenda o erro cometido, ou que ele cometeu e podia não ter cometido se ele soubesse disso antes, é quando ele consegue intervir na sua própria realidade a partir dos seus próprios conhecimentos. Acho que é assim que vai ter algum significado para ele, ele não vai esquecer, não vai ser só decoreba para a prova”. (Professor Lírio)

A professora Margarida diz que essa questão é “identitária”, tem que trabalhar com o vocabulário, a professora conta que faz uso de ditados populares, que a história está próxima das pessoas e elas não se dão conta.

Analisando as respostas é perceptível que as mesmas mudam de acordo com o tempo de profissão, seu conhecimento acadêmico e tempo de atuação. Os professores que lecionam a menos tempo deram exemplos e dicas de como mostrar isso e tornar o estudo significativo para o aluno. Já a professora que leciona há mais tempo e, quem sabe, não fez outras formações ao longo do seu trabalho, nos trouxe a “velha máxima” de que nós temos história, sem provar como e porque o que está em nós pode ser significativo para os alunos. Isso ocorre porque tal afirmação está no mundo das ideias e não foi concretizada pela práxis. Embora os estudantes saibam que fazem parte da história, da história do bairro, da escola, ainda precisam ter contato

com exemplos e vivências explícitas, para se convencerem e se conscientizarem a respeito disso.

Ao perguntar, como ensinar História de forma a envolver os alunos no seu estudo?, a professora Violeta disse, “quando tu descobrir tu me conta”. A docente lembra que há dias que o que menos se faz “é dar o conteúdo de história”, pois ela tenta conversar, ouvir suas histórias. E completa, “tem dias que tu sai daqui frustrada [...], tu fica cansada, fala, fala, e parece que não... (expressão de desilusão)”. A resposta da professora Violeta quando diz “quando tu descobrires tu me contas” é a soma de duas coisas: um professor desprovido de formação, que na universidade não pode pensar alternativas de atuação para uma educação periférica e marginalizada; e segundo: os problemas sociais que invadem o espaço escolar são um desafio muito maior do que o próprio ensino de História.

O professor Lírio conta que procura dar exemplos de vida, diz que é importante estudar História para que não se repita os mesmos erros, todos nós temos uma história e o professor tenta partir da história dos alunos para tentar relacionar o que aconteceu nos fatos do passado com o que vive no presente.

A professora Margarida conta que faz muita observação, acredita que esta é muito importante para saber como agir em sala de aula, conversa bastante e faz perguntas sobre os alunos, e é a partir dessas observações e conversas que ela vai trabalhar o conteúdo fazendo com que os discentes comecem a se identificar dentro da história, e completa, “[...] fica atraente, por que eles ficam pensando, nossa! Eu também sou um agente histórico ou a minha família fez parte da história, eles também fizeram parte da formação daquele lugar, então não está tão longe”. A professora relata que já tentou utilização de jogos em sala de aula, mas notou que os jogos não significam para os alunos. No meu entender, quando a professora Margarida diz que os jogos não “significam” para os alunos, a mesma quis salientar que talvez o aluno não consiga relacionar os jogos com as abordagens, por tanto perdem o interesse.

É possível identificar nos discursos que cada professor tem seu jeito de lidar com diferentes personalidades que preenchem a sala de aula, vemos desde a professora que trabalha no modo “tradicional” e utiliza o manual didático de uso exclusivo em sala de aula, até aqueles que fazem as observações necessárias referentes aos alunos e que a partir daí é que vão fazer os devidos ajustes para que aquela criança/aluno se encaixe no ensino que vos interesse e que possa ser significativo para eles.

A professora Violeta comenta que suas aulas são utilizando o livro didático, onde é explicitado o assunto e debate no livro quando surgem dúvidas, ajuda quando a palavra citada

é desconhecida, há também a elaboração de pesquisa, traz o assunto a ser abordado na aula posterior para fins de que algum aluno possa ter interesse e pesquise sobre o tema para que aja alguns questionamentos sobre o assunto.

O professor Lírio também utiliza o livro didático em alguns momentos, pois o EJA não possui um livro específico para essas turmas, usa o “livro do ensino fundamental regular como norte para os conteúdos”, pois precisa seguir os Parâmetros Curricular Nacional, mas o livro não complementa o ensino na questão de história local (por região), o que torna difícil o estudo da realidade dos alunos. O professor utiliza de diálogo com os alunos e leva em consideração o conhecimento dos discentes e principalmente por serem alunos de mais idade, eles possuem mais experiência e valoriza sua vivência, enriquecendo a aula com os exemplos de vida que os estudantes acabam trazendo.

A professora Margarida relata que suas aulas começam com um resumo da aula passada onde ela pergunta alguns temas da aula anterior, passa o conteúdo da aula do dia, onde é disposto o resumo do conteúdo, pois a professora relata que “se não for resumo, eles não leem”, não consegue fazer leitura com os alunos em sala de aula. Conta ainda que nas aulas remotas, está conseguindo fazer com que os alunos leiam trechos do conteúdo por ser outro tipo de material. A professora Margarida retoma ao conteúdo da aula anterior para prosseguir o assunto ou entrar em uma nova abordagem, esse método de ensino é bastante utilizado na academia e faz com que o aluno puxe pela memória do que foi visto na aula anterior e consiga interagir e elencar os conteúdos.

Sobre o livro didático e os materiais que os professores utilizam em sala de aula e no planejamento, a professora Violeta utiliza o manual da coleção “Araribá Mais-História”. Além do livro didático a professora utiliza a internet e outros livros didáticos para planejar as aulas. O professor Lírio se utiliza da coleção didática “Projeto Telaris-História” para planejar suas aulas, conta que nesse momento de pandemia, não está utilizando livro, pois não há livros suficientes para todos os alunos, um ponto que o professor questiona, pois acha horrível o aluno não ter acesso ao livro fora das aulas. O professor também utiliza a internet e apostilas com exercícios. Esse questionamento do professor de certa forma, que fez parte da sua vivência enquanto aluno da educação básica, em que os livros didáticos eram distribuídos a todas as crianças e estes eram levados para suas casas, e quando fossem utilizados o aluno deveria levar o livro consigo, essa era uma maneira dos pais conseguirem acompanhar o que o filho estava “aprendendo” na escola, segundo Bittencourt (2008),

“Os livros didáticos serviam de importante e cômodo referencial para as famílias acompanharem e avaliarem o professor. Para os pais de alunos, um bom professor era o que, ao fim do ano, tinha concluído a tarefa de ‘dar todas as lições’ do livro!”.

(Bittencourt, p. 309)

A professora Margarida realizou leituras diversas para planejar as aulas, não só o livro didático como vários outros livros não didáticos como “A Era dos Extremos” de Eric Hobsbawm, “O negro no Brasil: Trajetórias e lutas em dez aulas de história” de Carolina V. Dantas, Hebe Matos e Martha Abreu, “História da Cidadania” de Jaime Pinsky e Carla Pinsky, “Dicionário do Brasil colônia” de Ronaldo Vainfas, “Panorama do Segundo Império” de Nelson W. Sodré e muitos outros, indicados pela mesma. O livro “História da Cidadania”, a professora usa tanto na disciplina de História quanto na disciplina de Projeto de vida, e procura textos na internet; o didático utilizado é da coleção “História: Ensino médio”.

Ao concluir esse subcapítulo, podemos observar os pontos de vista dos professores que lecionam a disciplina de História em três escolas do município da cidade e como cada uma lida, utiliza e planeja suas aulas. Este capítulo tem por finalidade fazer um contraponto da realidade escolar com as pesquisas acadêmicas, mas sem deixar de mostrar os dois lados do livro didático. O ensino de História não pode ficar condicionado na utilização do livro didático e a elaboração dos exercícios que findam os capítulos dos manuais, um ensino que fica restrito no “copiar e colar”, o ensino e aprendizagem deve ser mais que isso, o ensino está no despertar do conhecimento do aluno, baseado nos modelos pedagógicos de Fernando Becker (2012), firmado numa pedagogia relacional ($A \leftrightarrow P$), de que o aluno só adquira conhecimento se ele agir e problematizar a sua ação; podendo também ser um seguidor da pedagogia não diretiva ($A \rightarrow P$), onde o professor desperta o conhecimento já existente, sendo um mediador do processo de aprendizagem; mas o professor não deve ser diretivo ($A \leftarrow P$), onde o aluno não tem nada a devolver ao professor, é uma folha em branco.

2.2 Observação dos livros didáticos que os professores utilizam nas aulas de História

Até aqui foi possível notar que a presença do livro didático em sala de aula é unânime. Comentamos sobre qual foi a visão dos pesquisadores sobre este manual no capítulo anterior e os usos e comentários que os professores do ensino básico fazem a este, neste capítulo. Para

finalizar esta parte da pesquisa, resolvi observar os livros que os professores relataram nas entrevistas, apenas um livro não pude observar em sua estrutura física, os outros dois livros já haviam um exemplar para observação; os manuais são de coleções e editoras diferentes, não foram observados os conteúdos um por um, somente a coleção, editora, autor ou autores e distribuição dos conteúdos. Segundo Circe Bittencourt (2008),

“A familiaridade com o uso do livro didático faz que seja fácil identificá-lo e estabelecer distinções entre ele e os demais livros. Entretanto, trata-se de objeto cultural de difícil definição, por ser obra bastante complexa, que se caracteriza pela interferência de vários sujeitos em sua produção, circulação e consumo. Possui ou pode assumir funções diferentes, dependendo das condições, do lugar e do momento em que é produzido e utilizado nas diferentes situações escolares. É um objeto de ‘múltiplas facetas’, e para sua elaboração e uso existem muitas interferências”. (Bittencourt, p. 301)

A seguir será apresentado os livros que os professores entrevistados utilizam em suas aulas. O autor Luiz Carlos Bento (2010), analisa em seu artigo algumas coleções de livros didáticos e faz uma classificação dos autores desses manuais, o autor divide os escritores em ecléticos, renovados e tradicionais. Segundo o autor os “ecléticos” - são menos conhecidos, elaboram a narrativa das obras baseados em recortes clássicos dos conteúdos, embora se utilizam da perspectiva tradicional apontam uma historiografia mais renovada; “renovada” - rompe com o tradicionalismo e introduz o resultado das pesquisas contemporâneas da área; e os autores “tradicionais” - mantém uma visão histórico processual, evolutivo do tempo e das sociedades, sem romper os laços eurocêntricos. Segundo Bento (2010), o grupo que ainda lidera a autoria dos exemplares didáticos são os tradicionais, que, segundo o autor,

“Abordam a História em sua dimensão meramente informativa e não conseguem valorizar o conhecimento histórico em seu aspecto construtivo. As narrativas são organizadas a partir de recortes já consagrados, as fontes históricas ganharam caráter meramente ilustrativo e não são explorados numa dimensão capaz de aproximar o aluno daquilo que preside o procedimento histórico”. (Bento, p. 116)

O autor se utilizou das obras referentes ao PNLD de 2005 e concluiu que os autores definidos de tradicionais ocupam 54% das obras disponíveis, com 25% referente aos ecléticos e 21% renovada. Os livros didáticos de História necessitam de elaboração profissional atuante e atualizados com as discussões acadêmicas, que segundo Bento (2010), só assim será possível

“melhorar a qualidade do ensino de história no país, mas para isso, eles devem passar a serem vistos não como meras mercadorias, mas como instrumentos fundamentais do processo de ensino aprendizagem” (p. 132). Embora o livro didático, hoje, passe pela avaliação de profissionais atuantes academicamente, para serem aprovados no Guia do Livro Didático¹³, o mesmo não acontece com os escritores dos manuais, que muitas vezes possuem somente a graduação na área e vem de uma formação bem antiga.

O livro didático utilizado pela professora Violeta é da coleção “Araribá Mais: História¹⁴.” Esta obra é da editora Moderna, foi desenvolvida coletivamente, por oito autores, que têm a seguinte formação: dois bacharéis, três bacharéis e licenciados, um mestre e dois doutores, todos da área da História. A coleção está dividida em quatro volumes, de 6º a 9º ano. O livro que tive acesso é de 2018, e divide-se em unidades¹⁵¹⁶. O livro observado, foi do 6º ano do fundamental II, o manual possui imagens e mapas por todo o livro, ao fim de cada capítulo possui alguns exercícios referentes a unidade correspondente, seu conteúdo fica restrito basicamente a pontos geográficos e localização temporal. A editora também oferece o livro em formato digital, porém é mais resumido que o modelo impresso. No site das editoras possuem os mesmos manuais que são enviados as escolas, mas em formato digital, estes possuem o conteúdo muito mais resumido, se já consideramos o livro didático bem resumido, o livro digital é considerado o resumo deste.

O material que o professor Lírio utiliza é da coleção “Teláris- História¹⁷”, editora Ática, a obra possui dois autores um graduado em História e outro é mestre em História, ambos possuem relação familiar, o que é bastante comum pai e filho(a) escrevem a obras juntos. O manual também possui uma versão digital, o livro observado é do 6º ano, versão digital, este

¹³ “Guia do Livros Didáticos” é uma cartilha que é enviada as escolas com as coleções aprovadas para serem escolhidas pelos professores.

¹⁴ “Araribá Mais: História”- Manual do professor. Autores responsáveis pela obra impressa: Renata Isabel C. Concegliere, Solange Freitas, Maria Raquel Apolinário, Pamela Shizue Goya, Sandra Machado Ghiorzi, Maria Lúcia V. Aguilar, Samira Adel Osman e Mário Jorge da M. Bastos. Editora responsável: Ana Claudia Fernandes.

¹⁵ 0 edição. São Paulo, 2018.

¹⁶ Unidade 1: -A História e os seres humanos: tempo e espaço; Unidade 2: -Modos de vida e modificações da natureza; Unidade 3: -Sociedades Antigas do Oriente, Unidade 4: -Povos da antiguidade na África; Unidade 5: -A Grécia antiga; Unidade 6: -Roma antiga; Unidade 7:O nascimento do mundo medieval; Unidade 8: -Feudalismo e a baixa idade média.

¹⁷ “Teláris- História” escrito por Claudio Vicentino e José Bruno Vicentino. Ática, 2020.

divide-se em quatro unidades divididas por capítulos¹⁸. O manual é bem colorido, há bastante imagens, documentos, mapas, e segue uma linha cronológica assim como explicações de localização, há bastante atividade ao longo do capítulo e no fim deste como, leitura de tirinhas e leitura de documentos. A linguagem é bem acessível aos alunos, há também opções de projetos a serem desenvolvidos com os alunos, dicas de pesquisa. Ao observar as unidades descritas do primeiro livro observado utilizado pela professora Violeta, que em sua estrutura física compõem-se de sete unidades o livro digital fica restrito a quatro unidades, tornando o livro mais compacto possível.

A professora Margarida se utiliza do livro didático da coleção “História¹⁹”, ensino médio da editora Saraiva. O manual é escrito por quatro autores, todos da área da história com título de doutorado em História Social. O livro observado foi do 1º ano do ensino médio, PNLD 2018-2020, sua estrutura interior é rica em imagens, mapas e documentos, possui uma estrutura cronológica por capítulos, definição de palavras desconhecidas, está estruturado por unidades²⁰ com determinados capítulos, ao fim dos capítulos são dispostos roteiros de estudos com perguntas, questões de vestibular, relações da história com outras disciplinas e reflexões de textos.

A relação dos conteúdos, observando as unidades correspondentes dos capítulos dos livros didáticos do ensino fundamental, oferecem a mesma linha de conhecimento, assim como o livro do ensino médio, que completa essa linha do ensino fundamental. Não foi possível fazer

¹⁸ Unidade 1: -A história e nossas origens: O que é História?; A história antes da escrita; O povoamento da América: povos e sociedades; Unidade 2: -Povos da antiguidade na África e no Oriente Médio: A antiga civilização egípcia; África: diversidades de povos e reinos; As civilizações da mesopotâmia; Hebreus, fenícios e persas; Unidade 3: -O mundo antigo: Grécia e Roma: O mundo grego antigo; A Grécia clássica e helenística; Roma antiga; O império romano; Unidade 4: -O período medieval: sociedade, política e religião: A Europa e a formação do feudalismo; Igreja e cultura na Idade Média; Transformações da Europa medieval.

¹⁹ “História: Ensino Médio”- escrito por Ronaldo Vainfas, Sheila de Castro Faria, Jorge Ferreira e Georgina dos Santos. 3ª edição. São Paulo, 2016.

²⁰ Unidade 1: Formação da humanidade, Continente ameríndio; Unidade 2: Sociedades do Oriente Próximo, Sociedades da Grécia Antiga, Formação do Império Romano; Unidade 3: O ocidente cristão e a expansão muçulmana, Apogeu da sociedade feudal; Unidade 4: Ao sul do Saara, reinos e impérios africanos, Sociedades e impérios ameríndios, Sociedades do extremo oriente: China, Japão e Índia; Expansão marítima: em busca de riquezas; Unidade 5: Renascimento e revolução científica, Reformas religiosas; Monarquias absolutistas, Inglaterra revolucionária; Unidade 6: Mecanismos de exploração colonial nas américas, A colonização na América portuguesa, Os povos africanos e os europeus.

a leitura de todo o material, conteúdo, para poder determinar as diferenças, vantagens e falhas de um material para o outro. Os materiais observados nos sites das editoras possuem um valor de mercado bastante alto, o custo de vendagem do material é três vezes mais que um livro convencional não didático. De acordo com Circe Bittencourt (2008), os livros destinados a disciplina de História são os que mais possuem vendagem e títulos paradidáticos,

“Segundo dados das editoras, a História é uma das disciplinas que contam com o número mais elevado de títulos paradidáticos, e essa produção continua a crescer, em consequência da indefinição de conteúdos propostos para o ensino fundamental e médio. Essas obras constituem uma produção particularmente interessante para o mercado editorial, por garantirem vendagem fora do início do ano letivo, época exclusiva de vendas de produção didática” (Bittencourt, p. 308)

Outro assunto que a autora questiona é a relação dos grupos étnico dispostos nos livros didáticos e que já é bastante discutido, o questionamento é que esses grupos aparecem apenas para complementar o discurso de justificativa referente a algum tema, mas não aborda especificamente esses grupos tão importantes. Nessa linha de pesquisa referente aos povos indígenas, quero explicitar nesse trabalho a pesquisa da professora Marcela de Liz (2014), que faz uma grande abordagem nos estudos e observação referente aos povos indígenas nos livros didáticos. Segundo Bittencourt (2008),

“Os discursos nos textos didáticos também têm sido analisados, sobretudo para identificar a manutenção de estereótipos sobre grupos étnicos. No caso das populações indígenas, os educadores e antropólogos têm-se preocupado com a permanência de visões deformadoras e incompletas sobre esses povos. Algumas de suas análises identificam a ausência de estudos sobre a história indígena, situação que dificulta igualmente mudanças na produção didática. As populações indígenas surgem nos livros didáticos nos capítulos iniciais, quando da chegada dos europeus e para justificar a importação de mão de obra escrava africana, embora em alguns mais recentes aparecem alguns dados sobre as condições atuais desses povos”. (Bittencourt, p. 307)

As leis 10.639/2003 e 11.645/2008 trouxeram a possibilidade de estudar a Cultura da África e Afro-Brasileira e os grupos étnicos, mas ainda assim não se encontram estudos

específicos sobre esses agentes da história explícitos de forma exclusiva e sim complementar nos livros didáticos.

Ao longo deste capítulo foi observado que os professores se utilizam muito do manual e que este, está cada vez mais ativo em sala de aula, pode se observar também que a formação do professor na área em que leciona é muito importante para o ensino-aprendizagem dos alunos, um professor formado e treinado na área de ensino que foi preparado consegue melhor desempenho na sala de aula, não critico aquele profissional que não é preparado para esta função, pois se o professor é ativo e consegue ministrar uma aula com todo referencial básico de ensino, mesmo não lecionando em sua área de ensino, este, acaba por desenvolver no aluno o “espírito crítico”, mas se o profissional não é da área e não se empenha a acompanhar os meios de aprendizagem adequados e críticos, este profissional, sim, é despreparado e não qualificado para um ensino de qualidade, onde passa a se valer do livro didático como norte e provedor de ensino. Um professor despreparado e/ou desinteressado acompanhado de um material desprovido de conteúdo, sem metodologia e interação do ambiente externo e interno, está desprovido e não atende as necessidades do ensino. No próximo capítulo será avaliada as demandas dos professores entrevistados e as possibilidades de formação destes profissionais.

Capítulo III: Aproximações: diálogos entre a academia e a escola

Diante das demandas acadêmicas e escolares referente ao livro didático de História que foram trazidas nos capítulos anteriores, discutidas por pesquisadoras(es) e professoras(r), e em sua totalidade, nas lacunas que acompanham o manual didático, este capítulo final, tem por objetivo elencar os principais problemas discutidos sobre os dois discursos produzidos na universidade e na escola, e trazer possíveis possibilidades e/ou soluções para a resolução desses problemas.

Sintetizando os descontentamentos referente ao manual pelos pesquisadores que vem trabalhando na perspectiva de que os manuais possuem suas falhas e seus usos em sala de aula não agregam um conhecimento voltado para o ensino da história, a historicidade de todo um conjunto de saberes que deve ser transmitido aos discentes é invisível nos materiais didáticos. Assim, os aspectos que mais foram comentados nas pesquisas acadêmicas, em que contei com autores e textos acadêmicos da área da História e anos de publicação bem distintas, foram elencados nas seguintes ordens de contestações referente ao manual:

- O livro é pobre didaticamente e os conteúdos são insuficientes;
- Disseminação dos saberes nos manuais;
- O professor não tem formação necessária para uso do livro didático;
- Investimento, compra e comercialização;
- Falta de formação continuada;
- Desvalorização do magistério e desvalorização do ensino por conta do uso desenfreado do LDH;
- Resumo dos conteúdos do livro pelo aluno;
- Uso exclusivo do livro impede a interação com o professor e
- Novas tecnologias.

Na perspectiva escolar, os desajustes e contestações referentes ao livro didático ficaram restritas a:

- Leitura dos alunos, desinteresse nas aulas e andamento das turmas vindas do 5º ano;
- Livros didáticos incompletos (não informam nem relacionam com fatos do presente);
- Como formam os processos de transição de um período para outro nos livros didáticos;
- Falta de livros para todos os alunos e falta de livro para o EJA (Educação de Jovens e Adultos) e

- Falta de conteúdos que contemplem o regional nos livros didáticos.

As demandas citadas acima, tanto no ponto de vista acadêmico (universidade) quanto na concepção dos professores (escola), referente ao material didático que foram pesquisados e que são utilizados em suas aulas, apresentam problemas, e em quase unanimidades das demandas apresentadas, a questão que mais se sobressai é referente ao conteúdo dos livros didáticos. Conforme cita Maria Carolina Bovério Galzerani (1992), as pesquisas em torno do livro didático, durante os anos e principalmente nas décadas de 70 e 80, onde as pesquisas referentes ao manual começaram a se intensificar, foram destacadas, segundo a autora, como “estudos funcionalistas” e “estudos materialistas-dialéticos”. O primeiro preocupa-se com o uso do livro didático e acabam adotando um caráter mecanicista, o segundo, analisam o livro em sua relação dialética com a sociedade, como elemento instituído, como produto e como elemento que institui, que cria a vida social. Segundo a autora, este último, é o mais estudado pelos estudiosos das didáticas.

O fato é que, independentemente do estudo, da direção ou temática que se faz sobre esses manuais, o livro didático é o objeto principal das pesquisas e discussões entorno do ensino e aprendizagem. Em concordância com Alain Choppin (2002), os manuais são para os historiadores uma fonte privilegiada, independente dos interesses relativos a este, que, de acordo com o autor,

“O manual é, realmente, um objeto complexo dotado de múltiplas funções, a maioria, aliás, totalmente despercebidas aos olhos dos contemporâneos. É fascinante- até mesmo inquietante- constatar que cada um de nós tem um olhar parcial e parcializado sobre o manual: dependente da posição que nós ocupamos, em um dado momento de nossa vida, no contexto educativo; definitivamente, nós só percebemos do livro de classe o que nosso próprio papel na sociedade (aluno, professor, pais do aluno, editor, responsável político, religioso, sindical ou associativo, ou simples eleitor,) nos instiga a ali pensá-lo” (Choppin, p. 13-14).

Conforme salienta o autor, o manual está “inscrito na realidade material”, está na nossa cultura e se destaca como a “bandeira ou a moeda” simbolicamente. É possuidor de um saber e transmissor de conhecimento as novas gerações e indispensáveis a sociedade. Embora todas as críticas a que se faça a este objeto que tanto permeia as escolas brasileiras, o manual ainda faz

o papel de detentor de um saber para a maioria/todos os jovens e norteador dos conhecimentos docentes.

Ao classificar as demandas sobre o manual que foram abordadas acima, classifiquei as que serão trabalhadas aqui, como as que considero mais pertinentes de serem trabalhadas, de forma que se possa abranger um maior conhecimento e posteriormente uma sugestão de resolução dos problemas posto em discussão na academia e na escola. A seleção das propostas que serão trabalhadas nos próximos subcapítulos foram escolhidas por serem mais pertinentes e agregar melhor conhecimento a este trabalho, não serão exploradas todas as questões escritas acima, portanto, a partir daqui conheceremos aspectos referentes a: a) formação de professores; b) as tecnologias e c) aspectos do livro didático, que não poderia deixar de abordá-lo, sendo este o objeto principal desta pesquisa.

3.1 Teoria X Prática: a formação de professores e as novas tecnologias

Nesta primeira parte das demandas percebidas, como já foi dito, nos capítulos anteriores, tratarei de duas questões que se tornam importantes para quem pesquisa o ensino e as possíveis soluções para tais conflitos. Os dois problemas a serem apresentados, foram escolhidos a partir das classificações que fiz, analisando as pesquisas que foram trazidas no primeiro capítulo deste trabalho. O desenvolvimento das questões a serem desenvolvidas serão as seguintes: falta de formação continuada e novas tecnologias

Flavia Eloisa Caimi (2006), comenta que, “inúmeros estudos que historiam os percursos da formação de professores no Brasil apontam constantes mudanças de enfoque no que respeita aos seus pressupostos fundamentais”, e aponta que até a década de 1960, nos cursos de formação de professores, era prevalente os conhecimentos específicos das disciplinas a serem ensinadas, perdendo o sentido pedagógico nas práticas docentes e os aspectos epistemológicos da área de conhecimento. A autora cita que, apenas recentemente, os cursos de História, foram incorporando aos currículos, as disciplinas de Teorias da História, Metodologia da Pesquisa Histórica e Metodologia do Ensino de História, que “aposentou” a tradicional “Introdução aos Estudos Históricos” que era exigida pelo Conselho Federal de Educação²¹.

Caimi (2006) salienta que,

²¹ Atualmente, Conselho Nacional de Educação- CNE, integrado ao Ministério da Educação.

“Na década de 1970, com a emergência do tecnicismo no Brasil, houve certa inversão de foco, passando-se a priorizar as tecnologias de ensino-aprendizagem, especialmente os métodos de ensino, objetivos comportamentais, controle e avaliação, relegando os conteúdos acadêmicos e escolares a um segundo plano. [...] Sabe-se, também, dos efeitos nefastos da legislação em relação às licenciaturas curtas de estudos sociais²², bem como à educação moral e cívica, OSPB²⁵ e EPB²⁶, disciplinas que esvaziaram a História de seu conteúdo crítico, dissociando pesquisa e ensino, conteúdo e método”. (Caími, p. 27)

A docência, segundo a autora, é uma atividade bastante complexa e que não há um manual a se aplicar, e ressalta que “para diminuir os riscos de praticismo, individualismo e modismo, a formação do professor reflexivo pesquisador precisa estar ancorada em outros pressupostos que não apenas a reflexão sobre a prática” (Caími, p. 29). Portanto, o processo de formação do professor não deve se dar somente na formação inicial, no âmbito de graduação, mas sim e sobre tudo na formação continuada. O professor precisa compreender o conteúdo que trabalhará em sala de aula, sobretudo aquele que não teve sua formação na área a que foi destinado, no caso da História, o conhecimento deve ser direcionado a teoria, historiografia e metodologia, apontando suas relações e ponto de vista. Como explica Caimi (2006),

“Olhando deste mirante, tão importante quanto a apropriação do conhecimento histórico, em suas dinâmicas e processos, é a compreensão dos procedimentos da pesquisa histórica, que possibilitam determinadas construções conceituais em determinados campos explicativos. Com isto, quer-se enfatizar a importância da pesquisa histórica não só no bacharelado, mas também, e sobretudo, nas licenciaturas. À medida que compreende o estatuto científico-epistemológico da sua área de conhecimento, o professor tem melhores condições de organizar os conteúdos escolares de modo que sejam compreensíveis aos seus alunos. Trata-se do conhecimento pedagógico sobre o conteúdo, que permite uma adequada transposição didática, considerando-se o lugar da escola, a série, a turma, a faixa etária dos alunos, dentre outros aspectos”.

²² “Essa lógica, que permeou a formação de professores durante as últimas três décadas do século XX, teve como base o modelo de licenciaturas curtas e plenas. A formação pautada pela separação entre teoria e prática, pesquisa e ensino, conhecimento pedagógico e conhecimento disciplinar, aumentou a distância entre a formação acadêmica e a escola”. (Cunha e Cardózo, p. 149)

²⁵ Organização Social e Política do Brasil.

²⁶ Estudos dos Problemas Brasileiros.

A problemática do ensino de História começa na formação, em que a didática é considerada, segundo os autores Jorge Luiz da Cunha e Lisliane dos Santos Cardôzo (2011), “coisa de pedagogia” e o “didático é aquele que faz apenas a transposição didática”, na investigação dos autores, a didática é encontrada totalmente fora da história como ciência e da teoria. Este espaço entre didática e ensino de história se torna um “campo obtuso, pouco aparelhado e teoricamente estigmatizado nos espaços da produção científica do saber historiográfico”, segundo os autores,

“[...] a formação universitária do professor precisa rever os paradigmas que norteiam suas práticas, permitindo uma valorização da esfera profissional do educador, estreitando a relação entre o âmbito formativo e o profissional. A dicotomia entre teoria e didática tem sido responsável pelo “choque” de alunos recém-formados com uma realidade escolar muito diferente da dos livros e das disciplinas curriculares, justamente porque teoria e didática são encarados como elementos estanques e desarticulados”. (Cunha e Cardôzo, 2011, p. 157)

Na contramão das pesquisas de Caimi (2006), os autores Cunha e Cardôzo (2011) relatam que a formação inicial de professores é considerada como sendo de extrema importância, mais até que a formação continuada, pois é a partir dela, ou seja, a partir da realidade que o aluno formador tem da escola, será possível evitar o “choque com a realidade”, proporcionando uma visão “realista da profissão e a realização profissional”. Segundo Cunha e Cardôzo (2011), “a trajetória profissional resulta de experiências vividas na formação inicial, relativas às teorias, práticas pedagógicas, saberes docentes, influência de professores, lembranças de escolas, compondo, de tal maneira, o modo único de cada educador ser e estar na profissão”. (p. 146-7), conforme os autores,

“Ocorre um descompasso entre a formação universitária e a prática da docência, o que contribui para uma crise de identidade e, conseqüentemente, baixa estima. A formação inicial do educador contribui na (in)satisfação profissional, especialmente pelo distanciamento da esfera formativa da prática escolar e pela dicotomia entre teoria e didática. Na história houve um deslocamento da dimensão cognitiva da cultura histórica, deixando para a pedagogia os procedimentos, as metodologias do ensino e a didática da História”. (Cunha e Cardôzo, p. 158)

Concordo com ambos os autores e completo que as duas formações são e devem ser mantidas antes, durante e depois. A formação inicial do professor de História é, e deve ser, de extrema importância para aquele profissional que está em construção do saber histórico e sobretudo pedagógico, este, deve fazer parte do contexto escolar já nos primeiros anos do curso de licenciatura, para que possa ir agregando a realidade escolar a sua formação e assim afirmar-se é isto que realmente quer, pois na lógica de Cunha e Cardôzo (2011), “no Brasil, a realidade é que a área de atuação profissional para os historiadores é a educação”. Sem deixar de lado a formação inicial, a formação continuada é algo que deve ser mantida ou adotada por todos os municípios, pois o conhecimento do professor não se limita no momento de sua formação, o conhecimento histórico é um processo que deve estar em constante progresso, para que o ensino não fique restrito ao livro didático, como temos visto durante todo esse trabalho.

Considero importante abordar aspectos referentes ao currículo das licenciaturas e seu pouco espaço pedagógico. Como foi dito, no Brasil, o espaço do historiador é na educação, portanto, os currículos dos cursos de licenciatura, deve ser revisto e pensados nas práticas pedagógicas, e começar a questionar o modelo “3+1”, três anos de conteúdo específicos e um ano de Didática e Práticas de Ensino. Os estágios obrigatórios dos cursos das licenciaturas, não dão conta, em poucas horas, de introduzir o formando na realidade das escolas, mas, por outro lado, de acordo com Angela Ribeiro Ferreira (2015),

“Tanto formadores como alunos, professores em formação, têm que estar cientes de que a licenciatura é um curso de formação inicial e não a própria prática profissional e que, portanto, haverá, em alguma medida, certa dissonância, porque não é possível prever nesta etapa todos os problemas que cada um dos alunos irá enfrentar em distintas escolas que podem vir a trabalhar no país. O que se faz na formação é uma instrumentação ou letramento docente, para que, ao chegar à escola, o professor seja minimamente capaz de selecionar conteúdos, escolher estratégias de ensino para aquele grupo, naquele contexto”. (Ferreira, p. 90)

A autora salienta que a formação inicial é apenas a primeira base de conhecimento do professor em formação, que é possível “aprender” tudo que será trabalhado ou mesmo as dificuldades vividas nas escolas, em apenas três ou quatro anos de formação, a formação deve ser contínua, a graduação, os cursos de licenciatura, não são uma “receita de bolo”, onde o professor vai sair formado e pronto para enfrentar todos os problemas da sala de aula.

Caimi (2006), salienta alguns aspectos que a mesma considera importante nas práticas pedagógicas que a formação de professores precisa dar devida atenção,

“1. conhecer os interlocutores em aula, reconhecer seu lugar social, suas experiências prévias, suas práticas cotidianas, suas referências culturais, seus saberes cognitivos, para constituir uma proposta de trabalho que lhes seja significativa; 2. conhecer diversas possibilidades de produção e de expressão do conhecimento histórico, de modo a operacionalizar diferentes estratégias para viabilizar as aprendizagens em sala de aula e fora dela, superando os limites impostos pelo uso exclusivo do livro didático e pelo verbalismo vazio; 3. conhecer os estudos sobre desenvolvimento cognitivo e aprendizagem no campo da sociologia, da psicologia e da antropologia, para entender como as crianças e os adolescentes pensam, aprendem, se comportam, constroem conceitos e noções espaço-temporais”. (Caími, 2006, p. 30)

Segundo Caimi (2006), conhecer os pontos citados acima deveria ser função das propostas dos cursos de formação inicial do professor, portanto, é de extrema dificuldade conhecer os agentes ativos do ensino-aprendizagem, em sua unanimidade, em poucas horas de estágio, ou até mesmo em trabalho docente recém-formado, onde chega num contexto bem diferente da teoria vivida e “aprendida” na universidade. Conhecer estratégias de produção, expressão, operacionalização, dentro e fora da sala de aula, só será possível conforme os anos de prática, cada qual com seu modo de ensino, são coisas que só poderão ser descobertas na prática e conhecidas e discutidas na formação inicial. A autora questiona em seu artigo, se essas demandas, conseguiriam ser trabalhadas nos quatro anos de formação inicial, nas palavras de Caími (2006),

“[...] A resposta é, certamente, negativa, pois um processo de sólida formação profissional não se esgota no período da formação inicial. A formação docente requer tempo para se consolidar e não pode prescindir de uma atitude reflexiva do professor ao longo de sua atuação profissional, da interlocução com seus pares, da busca de referenciais teóricos que possam afirmar, afrontar ou refutar as práticas cotidianas da sala de aula”. (Caími, p. 31)

Talvez eu não possa dizer com exatidão como se ter e/ou fazer uma formação de professores, pois cada professor tem o dever de estar sempre “atualizado” e sua prática de estudo sempre em constante movimento, pois somente ele, professor, tanto de formação inicial, quanto

o docente em atuação profissional deverá procurar suporte e seguimento nos seus conhecimentos, para assim desempenhar um papel que faça com que o agente receptor, neste caso o aluno, não saia prejudicado. Não querendo lançar o peso nas costas dos professores, pois quem deveria ser o maior interessado na demanda de formação continuada e no bem-estar dos alunos é o poder maior, o Estado.

A formação docente, ocorre durante toda a sua vida profissional porque sua trajetória é, segundo Cunha e Cardôzo (2011), “multifacetado, dialógico e complexo”, e a formação inicial tem a função de “mobilizador e problematizador, onde acontece a transmissão de saberes e a constituição de posturas teóricas”. É sabido que muitos professores que atuam na rede de ensino possuem somente o curso de graduação e deste se utiliza para o resto da sua carreira profissional, assim como é sabido que, a desvalorização do magistério tem se tornado cada vez mais notável no contexto atual, o que faz com que o professor atuante não se sinta seguro para exercer outras formações que aumente seu grau de conhecimento nem sua carga de trabalho.

A introdução das novas tecnologias digitais na escola é outro assunto pertinente nas pesquisas científicas, o que, de uma maneira ou outra também serviria como uma espécie de formação continuada para os professores, pois estes, deveriam receber o conhecimento de como utilizar, conhecer e transmitir todo o processo de utilização dessas novas fontes de conhecimento. De acordo com Susane Rodrigues de Oliveira (2015), “no Brasil, o uso das mídias, digitais no processo de ensino e aprendizagem vem sendo amplamente estimulado como algo positivo e capaz de produzir inovações curriculares indispensáveis aos tempos globalizados”. Ezequiel T. da Silva (1996), salienta que,

“É sabido que as novas tecnologias de comunicação não eliminam as precedentes; porém. Em termos de potencial para estudo e aprendizagem, as atuais redes computadorizadas de informação, por permitirem a interatividade e a permuta, vão desbancar os livros didáticos como os principais recursos de apoio ao professor. Daí a literância do computador, os equipamentos computadorizados, os bancos de dados e as redes se colocarem como exigências do agora para todas as escolas brasileiras. O retardamento da sua implantação e a demora na sua propagação podem significar a continuidade de um ensino sem substância, defasado no tempo, fechado e absoluto”
(da Silva, p. 14)

Levando em conta o tempo de publicação desse artigo, notamos que nada mudou na questão do ensino. A inclusão digital não se propagou e o livro didático ainda faz parte do

ensino e aprendizagem dos jovens no Brasil. Talvez aquele professor mais “tradicional”, (tradicional no sentido de que o aluno não agrega conhecimento em sala de aula, é o professor que tudo sabe e o aluno aquele que só absorve) tenha um interesse em utilizar essas novas tecnologias de informação e comunicação (TIC’s), sem abrir mão do seu modelo pedagógico. Mas o que realmente falta para que isso possa acontecer? Investimento! Sem investimento na demanda e na formação docente para desenvolver tais habilidades, o ciclo de “copia e cola” ou a utilização massiva do livro didático, continuará servindo de plano de aula. Oliveira (2015), salienta que,

“Nesse processo a internet vem ganhando espaço, cada vez mais utilizada como elemento de apoio à aprendizagem. A disseminação do uso das tecnologias (computador, internet, TV, rádio) ampliou, de forma rápida e dinâmica, o acesso a maior quantidade de informações, impondo aos/às professores/as a necessidade de uma orientação no planejamento e realização de trabalhos pedagógicos que envolvam o uso das mídias digitais em sala de aula”. (Oliveira, p. 2)

A autora, em seu artigo, faz uma busca das formas de utilização das tecnologias para suporte do professor, e comenta que em uma pesquisa rápida na internet, tem-se um número bastante significativo de pesquisas acadêmicas referentes a qualquer assunto que se queira abordar em sala de aula.

Na pesquisa da autora, a mesma faz uma busca no site “Portal do Professor” do Ministério da Educação, esse tem sugestões e local para elaboração de planos de aula, de professores de diversas localidades do Brasil, com inúmeras possibilidades de aula e fontes para serem trabalhadas. O site conta com um comitê editorial que faz a avaliação dos planos enviados, aqueles que não são aprovados, retornam para o autor com orientações ou correções para “reelaboração e novo envio”, segundo Oliveira (2015), “deste modo, o Portal exerce controle sobre as publicações e participa também no processo de formação de professores/as, instruindo-os, especialmente, no planejamento de aulas que façam uso de tecnologias digitais”. (p. 6)

A internet, além de abrigar um número considerado de informações, é prática, de fácil acessibilidade e rápida, tem-se as contradições em seus usos, pois ao mesmo tempo que é uma ferramenta tecnológica aceita e defendida por alguns pesquisadores da área da tecnologia, esta acaba ao mesmo tempo, tendo sua utilização cautelosa. De acordo com Oliveira (2015),

“Nesse sentido, as propostas de introdução das tecnologias digitais no ensino de história, que orientam os planos de aula do Portal do Professor, apesar de inovadoras quanto aos recursos didáticos, não trazem nenhuma inovação quanto às suas formas de abordagem em sala de aula. Ainda permanece a reprodução e a cópia de conhecimentos produzidos em outros espaços. A interpretação desses conhecimentos ainda é conduzida na forma de perguntas e respostas mecânicas, em questionários que simplesmente exigem dos/as estudantes uma atenção quanto à descrição e repetição de enunciados. Esse tipo de relação que professores/as e estudantes estabelecem com os saberes históricos que circulam na internet denota a aceitação, autoridade e caráter de verdade que os saberes históricos midiáticos vêm assumindo na cultura escolar” (Oliveira, p. 11-12)

Segundo a autora, mesmo com as tecnologias digitais no ensino de história, apesar dos recursos que a internet proporciona, as abordagens em sala de aula ainda precisam ser mais estudadas, o “trabalho de historicização das mídias digitais” exige que os professores sejam melhores preparados. Não basta termos em mãos as melhores ferramentas sem uma didática, interação e conhecimento não será possível um ensino de qualidade, onde as práticas pedagógicas possuem suas especificidades, a aprendizagem sofre as mesmas consequências.

3.2 Livro didático: dispersão de um saber concreto?

Neste subcapítulo abordaremos algumas demandas selecionadas e apresentadas acima, que serão discutidas buscando mostrá-las de forma com que os problemas expostos pela pesquisa oral, feitas com as professoras(r), possam ser discutidas, buscando possíveis soluções. Por um lado, tem-se as pesquisas que norteiam todas as possibilidades de “usos e abusos” do livro didático e por outro lado, tem-se o docente que faz uso deste manual no ensino e aprendizagem. Das escolhas feitas para essa segunda parte das demandas, foram selecionados os seguintes temas: os livros didáticos são incompletos (não informam nem relacionam com fatos do presente), o livro é pobre didaticamente e os conteúdos possuem alguns erros, disseminação dos saberes nos manuais, investimento, compra e comercialização.

Se você já foi no dicionário e procurou a palavra “didático”, certamente viu que seu significado quer dizer “instruir”, segundos conceitos pedagógicos, esta significa “ensinar métodos e técnicas de aprendizagem”. O livro “didático”, por exemplo, tem esses dois objetivos, o de instruir e ensinar métodos e técnicas de aprendizagem, portanto, qual é a falha

que esses manuais possuem e que causa rebuliço para os pesquisadores? O seu conteúdo e sua forma de utilização.

O livro didático se destina a dois tipos de público, o livro do aluno, onde contém as leituras, divididas por capítulos e atividades, e o livro do professor, este além dos conteúdos e atividades, apresenta ainda resoluções das atividades, técnicas de ensino, propostas de trabalhos e indicação de filmes e leituras complementares. Muitas vezes, o professor que está com o seu manual, que contém as respostas de tais perguntas, pede para que o aluno copie em seu caderno as atividades e logo depois as respostas, essa forma de ensino, onde o professor “dá” as respostas para o aluno estudar para a avaliação, muitas vezes é transmitida sem mais explicações, o aluno fica condenado ao processo de memorização sem entender como e porquê de tal pergunta ter atingido tal resposta, ficando com seu desenvolvimento intelectual comprometido.

Concordando com a observação de Silva (1996), “Didáticos são livros destinados a informar, orientar e instruir o processo de aprendizagem. Livros didáticos não educam!”. (Silva, 1996, p. 13). É nesse ponto que o professor deve ter noção quando planeja suas aulas, “livros didáticos não educam”, se o livro de fato conseguisse fazer, sozinho, o papel de educar, qual seria a função do docente dentro da sala de aula, portanto quando se planeja uma aula, seja para o ensino fundamental, quanto ensino médio, o livro didático pode e deve ser utilizado, contando que este seja utilizado de forma complementar e não prioritária, assim como priorizar o diálogo entre educador e educando, conforme Lajolo (1996), “só a partir disso que se pode descobrir a melhor forma de estabelecer o necessário diálogo entre o que diz o livro e o que pensam os alunos” (Lajolo, p. 6).

Se a linha das discussões dos professores, de que o livro é incompleto e sem didática, trago algumas possibilidades de uso e aplicações de materiais didáticos para serem trabalhados em sala de aula, pois a discussão em torno do livro já foi bastante discutida nos capítulos anteriores, mesmo que este seja o principal objeto desta pesquisa, as possibilidades de uso são tão importantes quanto as afirmações do objeto.

Uma das possibilidades de trabalho em sala de aula é trabalhar com a literatura, seja em texto de ficção, contos, folclore e afins, basta saber lidar com o tipo de turma a que o docente está tratando, esta possibilidade de ensino faz com que o educando tenha múltiplas formas de ver e detectar o contexto histórico daquela aula que o professor deu e que não foi muito clara para o aluno. O texto narrativo permite ao discente interagir com a história mesmo que de forma

imaginada, podendo partir do sentimento do narrador e chegar a sua própria conclusão do que de fato foi tal acontecimento, a possibilidade desse trabalho com a turma é muito interessante e o professor não fica restrito ao texto do livro didático que por vezes de tão complexo que os fatos são, até mesmo para o docente, sem interação e interpretação. Segundo Cunha e Cardôzo (2011),

“A narrativa permite que acontecimentos reais, interdependentes dos que os antecedem e dos que os sucedem, sejam representados com sentido e estética próprios. Já a ficção lida com acontecimentos irrealis, como se fossem reais por meio da voz narrativa. Isso as une, as intriga, ou seja, a representação faz parte da tessitura tanto do texto histórico como do literário. No entanto, a epistemologia as separa. Concluimos que toda a produção da historiografia está marcada pelo signo da narratividade, bem como a literatura ou mesmo um relato oral. Ou seja, busca-se a constituição de um sentido que transcende o evento em si, recorrendo-se inevitavelmente à imaginação e à interpretação do mundo”. (Cunha e Cardôso, p. 143)

Segundo os autores, a narrativa oral também é um grande suporte para o entendimento da história, e possivelmente, como fonte histórica, “a memória não é só um objeto da história, deve ser analisada como um fenômeno social”. Cunha e Cardôso (2011), salientam que na narrativa, “o passado estabelece uma relação com o presente e com o futuro”, desta forma será possível fazer com que o discente “busque sentido em experiências passadas, mas com a visão acerca do que ocorreu no momento em que é elaborada a narração”. Desta maneira o aluno poderá construir a imagem através da escrita do narrador, o que a nas imagens dispostas do livro não seria de grande valia, pois a imagem por si só não faz a interlocução do narrador. Trazendo a questão das tecnologias, outra maneira de fazer com que o aluno saia da sala de aula, mesmo que de forma virtual, são os sites de museus e bibliotecas online, onde é possível explorar o lugar em tempo real. Há alguns museus espalhados pelo mundo que possuem visitação em 360°, Museu do Louvre, em Paris; Casa da Família Frank-Anne Frank-, em Amsterdam; Pinacoteca de São Paulo, em São Paulo; as possibilidades de trabalhos com fontes são enormes e possíveis.

Kauana C. Romeiro (2018), em sua dissertação, cita que o professor em companhia dos seus alunos deve fazer um apanhado dos conteúdos históricos mais importantes a serem trabalhados durante o ano, “ou, então, esses indivíduos ficam à mercê do tempo para ‘vencer’ o grande volume do livro didático”. Muitas vezes, e torno a dizer, as informações da capa não

se concluem no entorno do livro, isso faz com que o docente tenha que planejar as aulas selecionando as abordagens que considera mais significativa.

Em sua pesquisa, a autora observa a obra utilizada por uma de nossas professoras entrevistadas, o livro corresponde a coleção “Projeto Araribá História (2010)”, no trabalho a autora examina primeiramente o nome da obra que remete a uma árvore brasileira que é utilizada na tintura dos desenhos de origem indígena, entretanto, no livro observado do 6º ano, o trato com a cultura indígena ficou restrita apenas no nome da coleção, e o manual do professor não aponta para a Lei nº 11.645/2008. Segundo Romeiro (2018),

“Os principais autores de referência para a coleção Projeto Araribá (2010) são Circe Bittencourt, Marc Bloch, Peter Burke, Roger Chartier, Lynn Hunt e Marcos Silva. Serviram de base também, conforme esperado, os Parâmetros Curriculares Nacionais. No entanto, os autores utilizados como referência pela coleção não são utilizados no Livro do Aluno e não são colocados excertos de seus trabalhos no Manual do Professor. Infere-se, pois, que nem sempre os autores mencionados foram realmente centrais para a obra.” (Romeiro, p.67)

Ainda sobre esta análise, Romeiro (2018), relata que as orientações de uso do material digital e o manual de uso, são dispostas em DVD’s e enviados aos professores, “cada conteúdo digital apresenta seu título e sua paginação no livro didático do aluno”. Como foi visto no capítulo segundo deste trabalho, os livros digitais são bem mais compactos que os impressos, seu uso em sala de aula não seria possível pois não há computadores para os alunos e os manuais impressos, possuem a dificuldade de não serem distribuídos para serem levados pelos alunos para suas casas. Além de tudo que ocorre com a educação e com os materiais didáticos, o interesse das editoras não está na aprendizagem do aluno, de fato, e sim, no capital que gira em torno do livro didático.

No quadro a seguir será apresentado a distribuição dos livros didáticos no país de 2017 a 2020:

Dados estatísticos 2017

ATENDIMENTO	ESCOLAS BENEFICIADAS	ALUNOS BENEFICIADOS	EXEMPLARES	VALORES (R\$)
Ensino Fundamental II	49.702	10.238.539	79.216.538	639.501.256,49

(6° a 9° ano)				
Ensino Médio	20.228	6.830.011	33.611.125	337.172.553,45

Fonte: FNDE- Programa do Livro

Dados estatísticos 2020

ATENDIMENTO	ESCOLAS BENEFICIADAS	ALUNOS BENEFICIADOS	EXEMPLARES	VALORES (R\$)
Ensino Fundamental II (6° a 9° ano)	48.213	10.197.262	80.528.321	696.671.408,86
Ensino Médio	19.249	6.270.469	20.198.488	234.141.456,77

Fonte: FNDE- Programa do Livro

Nas comparações entre os dois quadros estatísticos de 2017 e 2020, as escolas beneficiadas no programa, foram menores no ano de 2020, mantendo quase um equilíbrio dos alunos beneficiários de Ensino Fundamental e uma baixa diminuição dos alunos do Ensino Médio. A respeito dos manuais distribuídos no ano de 2020 foi maior também no Ensino Fundamental e o valor do investimento desses manuais é bem alto; e se compararmos os dois anos, em 2020 teve uma diferença de mais 57 milhões na compra dos livros didáticos.

Das coleções didáticas de história mais distribuídas em 2017 foram “História, Sociedade e Cidadania” e “Projeto Araribá”. No Rio Grande do Sul foram distribuídos 4.119.618 exemplares para o Ensino Fundamental II e 1.438.479 exemplares destinados ao Ensino Médio. Nos demais anos não há informação das distribuições.

Conclusão

A conclusão desse trabalho serviu para nortear e dar base as novas pesquisas que seguirão a partir deste. O debate em torno do ensino de História e as questões que abrangem os usos do livro didático, não param por aqui, há ainda muito o que se pensar em torno do uso do manual didático e principalmente em sua utilização em sala de aula. A partir da pesquisa acadêmica é possível observar que os debates sobre o livro didático de História são diversos, abrangem todos os lados, desde de seu uso descomprometido em sala de aula, seus conteúdos, sua compra e distribuição pelo Estado.

A partir das entrevistas feitas com os docentes da rede municipal e estadual de ensino da cidade de Jaguarão-RS, que foi de grande valia para este trabalho, embora não tenha conseguido abranger um número maior de professores entrevistados, foi possível observar que os professores não seguiram uma linha contínua de formação, principalmente uma das entrevistadas, que tem uma linha de atuação mais antiga, quase trinta anos de atuação, não continuou sua formação, permanecendo estagnada na formação inicial e básica como o ensino das licenciaturas curtas. Ficou visível por meio das entrevistas de que os dois mais jovens docentes tinham uma linha de pensamento e prática docente bem mais crítica e desenvolvida, responderam todas as perguntas com opiniões formadas e concretas no seu propósito, diferente da professora que atua a mais tempo, onde suas respostas soavam dúvidas a respeito da pergunta, assim como os professores mais jovens, deram exemplos de vida e observação das problemáticas do contexto escolar.

Por fim, o discurso entre os dois pares, a pesquisa e a escola, tiveram seus enfrentamentos referente ao principal objeto da pesquisa, o livro didático, que foi visto, avaliado e discutido, em seus diversos ângulos sem deixar de ser o agente principal deste trabalho, e do uso dos professores em unanimidade. Uma das demandas e proposta discutida e que acho de extrema importância, é a formação continuada dos professores, creio que não se pode pensar em ensino de qualidade sem trabalharmos no foco da resolução dos problemas. Das discussões que abrangem esse ponto, estão explícitos o descaso com a profissão de docente, a desvalorização do magistério continua sendo sim, contínua, pois essa luta não é de hoje, os profissionais não possuem estrutura adequada para trabalhar, horas de atividades a serem cumpridas, nisso se inclui trabalho para casa, desrespeito e pagamento atrasados. E embora

esses assuntos não tenham sido discutidos no trabalho, deixo aqui uma sugestão para próximas pesquisas.

Para as próximas propostas já pensadas para prosseguir este trabalho, é de se pensar no estudo mais aprofundado dos currículos das licenciaturas e suas questões didáticas pedagógicas, a Bases Nacional Comum Curricular nos livros didáticos, que embora vigentes, ainda não assumiram as estruturas dos livros didáticos e como os professores identificam os conhecimentos históricos e os saberes didáticos no livro didático, este ponto, considero importante de se pensar, embora seja um manual didático, este acaba se destinando as escolas, e os professores, muitas vezes, acabam fazendo seu uso sem ter noção das formas didáticas que estão presentes no livro, sem fazer uso ou destinando apenas as perguntas e respostas do manual.

Referências bibliográficas:

ABUD, Katia Maria. HISTÓRIA NOSSA DE CADA DIA: SABER ESCOLAR E SABER ACADÊMICO NA SALA DE AULA. Ensino de história: sujeitos, saberes e práticas. MONTEIRO, Ana M; GASPARELLO, Arlete M; MAGALHÃES, Marcelo de S. (Orgs.). Mauad, 2007. P. 107-117.

BENTO, Luiz Carlos. Livros didáticos e historiografia: Um debate acerca do conceito de história produzida pelos livros didáticos entre 2001 e 2005. HISTÓRIA E ENSINO DE HISTÓRIA: As perspectivas do saber histórico e sua culminância para o desenvolvimento de um projeto de homem. BENTO, Luiz C... [et al.]. (Orgs.). Paco Editorial, 2010. p. 111-134.

BITTENCOURT, Circe M. F. Produção didática de história: trajetórias de pesquisas. Revista de História, nº 164. São Paulo, 2011. p. 487-516.

_____. Livros e materiais didáticos de História. Ensino de História: Fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. Reflexões sobre o ensino de história. Estudos Avançados, nº 32. Faculdade de Educação. São Paulo, 2018. p. 127-149.

CASSIANO, Célia Cristina de F. Aspectos políticos e econômicos da circulação do livro didático de História e suas implicações curriculares. História. São Paulo, 2004. p. 33-48.

CAIMI, Flavia Eloisa. ESCOLHAS E USOS DO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA: O QUE DIZEM OS PROFESSORES. Ensino de História: desafios contemporâneos.

BARROSO, Véra Lucia M. [et al.]. (orgs.). ANPUH-RS. Porto Alegre, 2010. p. 101-116.

_____. Porque os alunos (não) aprendem História? Reflexões sobre ensino aprendizagem e formação de professores de História. Tempo, Vol. 11, nº 21. Niterói, 2006.

CERRI, Luiz Fernando. UMA PROPOSTA DE MAPA DO TEMPO PARA ARTESÃOS DE MAPA DO TEMPO: HISTÓRIA DO ENSINO DE HISTÓRIA E DIDÁTICA DA HISTÓRIA.

Ensino de história: sujeitos, saberes e práticas. MONTEIRO, Ana M;

GASPARELLO, Arlete M; MAGALHÃES, Marcelo de S. (Orgs.). Mauad, 2007. p. 59-71.

CUNHA, Jorge Luiz da; e CARDÔSO, Lisliane dos Santos. ENSINO DE HISTÓRIA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES: NARRATIVAS DE EDUCADORES. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, nº 42. Editora UFPR, 2011, p. 141-162.

CHERVEL, André; COMPÈRE, Marie-Madeleine. As humanidades no ensino. Educação e Pesquisa, v. 25, nº 2. São Paulo, 1999. p. 149-170.

CHOPPIN, Alain, HISTÓRIA DOS LIVROS E DAS EDIÇÕES DIDÁTICAS: sobre o estado da arte. Educação e Pesquisa, v. 30, nº 3. São Paulo, 2004. p. 549-566

_____. O historiador e o livro escolar. Maria Helena Câmara Bastos(tradut.). História da Educação. ASPHE/FaE/UFPel. Pelotas, 2002.

DA SILVA, Ezequiel Theodoro. LIVRO DIDÁTICO: do ritual de passagem à ultrapassagem. Em Aberto, nº 69. Brasília, 1996. p. 11-15

FERREIRA, Angela Ribeiro. Entre as práticas das teorias e vise-versa- a prática de ensino como componente curricular nas licenciaturas em História no Brasil após 2002. Tese de doutorado. Ponta Grossa, 2015.

GALZERANI, Maria Carolina Bovério. Belas Mentiras? A ideologia nos estudos sobre o livro didático. ENSINO DE HISTÓRIA E A CRIAÇÃO DO FATO: REPENSANDO O ENSINO. PINSKY, Jaime (et al.) (Orgs.). Contexto, 1992. p. 105-9

LAJOLO, Mariza. LIVRO DIDÁTICO: um (quase) manual de usuário. Em Aberto, nº69, ano 16. Brasília, 1996. p. 3-9

MACHADO, Juliana Porto. A didática no ensino de História utilizada por professoras da educação básica da cidade de Jaguarão-RS. Unipampa. Jaguarão, 2019.

MATOS, Julia Silveira. MEMÓRIA E HISTÓRIA DO ENSINO DAS HUMANIDADES: DO NASCIMENTO DO CONCEITO DE DISCIPLINAS ESCOLARES À ATUAL CIÊNCIAS HUMANAS. Revista Momentos, v. 25, nº 2. Rio Grande-RS, 2016. p. 111- 127

MUNAKATA, Kazumi. O livro didático como mercadoria. Pro-Posições. V. 23, nº 3. São Paulo, 2012. p. 51-66

NADAI, Elza. O ensino de história no Brasil: trajetória e perspectiva. Revista Brasileira de História, v. 13, nº 25/26. São Paulo, 1993. p. 143-162.

OLIVEIRA, Suzane Rodrigues. MÍDIAS DIGITAIS E SABERES DOCENTES NO ENSINO DE HISTÓRIA DAS MULHERES. XXVIII Simpósio Nacional de História, Florianópolis, SC, 2015.

PACIEVITCH, Caroline. Formação de professores de História no Brasil: um panorama de pesquisas. In: Carmem Zeli de Vargas Gil; Marisa Raquel Massone. (Org.). Múltiplas vozes na formação de professores de História: experiências Brasil-Argentina. 1ed.Porto Alegre: EST Edições, 2018, v. , p. 11-28

PEREIRA, Nilton M; SEFFNER, Fernando. O que pode o ensino de história? Sobre o uso de fontes em sala de aula. Anos 90, nº28, v. 15. Porto Alegre, 2008. p. 113-128

ROMEIRO, Kauana Candido. Os objetivos educacionais digitais e o Ensino de História: a cultura material e o presente. Dissertação de mestrado. Londrina-PR, 2018.

TIMBÓ, Isaíde Bandeira. LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA: CULTURA MATERIAL ESCOLAR EM DESTAQUE. ANPUH- XXV Simpósio Nacional de História. Fortaleza, 2009.

SANTHIAGO, Ricardo; e MAGALHÃES, Valéria Barbosa de. ROMPENDO O ISOLAMENTO: REFLEXÕES SOBRE HISTÓRIA ORAL E INTREVISTAS A DISTÂNCIA. Anos 90, V. 27. Porto Alegre, 2020.

TOMPSON, Paul. História Oral e Contemporaneidade. Tradução: Lígia Maria Leite Pereira. História Oral, 2002. p. 9-28